

1 de Junho 2021
Terça-feira
Semanário - Ano 5
Nº 261
Director-Geral
Evaristo Mulaza



MORATÓRIA NO CRÉDITO É “INSUFICIENTE”

Restauração, Educação e Turismo querem perdão fiscal

CRISE. A decisão do BNA de conceder às empresas uma moratória de seis meses no desembolso do crédito é considerada “insuficiente” por empresários dos sectores visados. Em alternativa, propõem um alívio ou um perdão fiscal, sob pena de fecharem as portas e mandarem para casa centenas de trabalhadores. Pág. 8

APESAR DO PREVISTO NA LEI DO OGE

Fundos Especiais da Presidência ainda não estão regulamentados

FINANÇAS PÚBLICAS. O escândalo que levou à detenção de oficiais ligados à Casa de Segurança, por alegado desvio e retenção de recursos do erário, voltou a levantar preocupações sobre a gestão do orçamento da Presidência, particularmente os chamados ‘fundos especiais’. Segundo apurou o VALOR, apesar de a Lei do OGE atribuir a regulamentação desses fundos ao Presidente da República, não há prova de que algum regulamento já tenha sido criado. Pág. 4

OPINIÃO

António Vieira, ex-director da Cobalt Angola

Reformem os dinossauros

Pág. 18

JURISTA ALBANO PEDRO

“Estado deve inscrever no OGE fundo emergencial para reparação de danos”

Pág. 5



EXERCÍCIO DE 2020

Lucros da dona do KFC recuam 60 por cento

Pág. 10



A PROPÓSITO DO FUNDECIT

Analistas alertam que Governo não deve criar fundações

Págs. 6 e 7

Editorial

A SONANGOL, A DÍVIDA PÚBLICA E OS LUSSATYS

Que isto fique, mais uma vez, forçosamente registado. Quando um funcionário da Presidência enriquece com os meios de que se serviu Lussaty para enriquecer, o problema não está no major. Está necessariamente no sistema. E por muito espectáculo que se faça com o combate ao roubo ao erário, a verdade é que até hoje, em termos estruturais, nada se fez para se corrigir o problema de fundo. Ou, pelo menos, para se dar início ao processo de correcção do sistema. Há uma razão objectiva para essa incapacidade já mencionada aqui vezes sem conta. Ainda que por remota hipótese o desejasse, os níveis de podridão para o qual o MPLA arrastou as suas elites não lhe permitem empreender um processo sério e profundo de correcção do país. Mas não é apenas isso. Uma agenda verdadeiramente comprometida com a reformatação de Angola implica a efectivação de reformas que comprometem o projecto de poder do MPLA. 'Aqui é que a porca torce o rabo' e os factos são contundentes.

Quando João Lourenço chegou ao poder, a crítica avisada recordou-lhe caminhos incontornáveis, admitindo que a promessa de combate ao saque ao erário fosse para levar a sério. Além da montagem de uma estratégia ampla e integrada, como ponto de partida, o Presidente foi desafiado a

encomendar auditorias externas e credíveis para duas das principais fontes de irradiação do saque: a Sonangol e a dívida pública. No quadro do que seria a estratégia integrada, foi também solicitado ao Presidente que desse prioridade à alteração do regime de declaração de bens para que, no primeiro ano do seu mandato, os angolanos passassem a saber o património dos seus servidores públicos. A tudo isso João Lourenço respondeu com um rotundo silêncio. E não se incomodou até em passar por cima do contrassenso, ao proclamar, na sua própria voz, que os empréstimos contraídos pelo Estado tinham servido para alimentar o enriquecimento ilícito. Sobre a declaração de bens, como se sabe, depois de quase quatro anos de mandato, nem um comentário. Enquanto se combate a corrupção, todos os dias entram e saem servidores públicos, mas os angolanos não podem saber o que tinham à entrada e o que passaram a ter à saída. No caso da Sonangol, a empresa na origem das maiores fortunas ilícitas do país, nem uma palavra. Aliás, apenas uma: o ataque

exclusivo a Isabel dos Santos que tinha estado à frente da empresa por um ano. Tudo o resto sobre a petrolífera que não dissesse respeito à gestão da empresária não foi colocado na agenda da suposta guerra contra os roubos ao Estado. E os casos que foram aparecendo com ligações à Sonangol tinham sempre origem externa à empresa.

A explicação de todos esses cuidados é simples: declarações verdadeiras de todos os bens e auditorias externas credíveis, e sem queima de arquivos, levantam o risco de transformar em grandes e pequenos Lussatys até os actuais paladinos do combate ao saque. E a consequência óbvia seria a descredibilização, sem apelo nem agravo, de toda agenda, colocando em causa a sobrevivência do próprio MPLA. Precisamente por isso é que não há reformas e o combate à roubalheira vai acontecendo ao sabor da circunstância. Ou seja, apenas quando é para atacar um alvo ou quando a exposição dos factos torna a protecção insustentável. Mas também com as devidas excepções.



Mário Mujetes © VE



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



AUGUSTO PEDRO,
secretário-geral da Aavota

Como avalia a situação das agências de viagens e dos operadores turísticos em geral?
A situação é mesmo dramática. Muitos operadores tiveram de fechar os negócios temporariamente, porque não há arrecadação de receitas. As perdas são enormes e irreparáveis.

Vê algum horizonte para se inverter o quadro?

Hoje não conseguimos vender bilhetes de passagem, porque os voos comerciais passaram a ser humanitários e os consulados já não emitem vistos de turismo de maior procura. Além disso, a permanente cerca sanitária imposta a Luanda só veio piorar o cenário. Muitos tiveram de se juntar para unificar os negócios, outros tiveram de avançar para o comércio, transporte, pesca, etc.

Este ano está perdido, certo?

Continuamos a aguardar por um plano estratégico de alívio económico e fiscal do Governo. É preciso aprovar o perdão do imposto industrial de 2019 que deveria ser pago em 2020 e perdoar o imposto de 2020 para todo o sector do turismo por força da pandemia. Fora desse contexto, não teremos hipóteses senão engrossar a lista do desemprego.

25
TERÇA-FEIRA

O Governo aprova para envio à Assembleia Nacional a proposta de lei que regula a responsabilidade das pessoas colectivas públicas e titulares dos seus órgãos, por danos decorrentes do exercício de funções.

26
QUARTA-FEIRA

O director do gabinete de estudos e relações internacionais do Ministério das Finanças, Patrício Neto, afirma que a dívida pública contraída pelo Executivo no mercado externo é sustentável.

27
QUINTA-FEIRA

O Ministério da Economia e Planeamento conclui três estudos de pré-viabilidade dos projectos seleccionados no âmbito das Parcerias Público-Privadas (PPP), revelou o secretário de Estado para o Planeamento, Milton Reis.



SEGUNDA-FEIRA

A PGR anuncia que apreendeu vários milhões de dólares, euros e kwanzas no âmbito de um processo de investigação a oficiais das Forças Armadas, afectos à Presidência da República.

28
SEXTA-FEIRA

O Banco Nacional de Angola (BNA) alerta que a empresa 'Academia de Investimento', localizada no Lar do Patriota, em Luanda, "não está habilitada a exercer, no país, qualquer actividade financeira sujeita à sua supervisão".



29
SÁBADO

A directora dos Serviços Aduaneiros da AGT, Nerethz Tati, declara que a instituição continua a investir em meios tecnológicos modernos, nos seus mais variados serviços, no quadro dos compromissos assumidos para a melhoria do ambiente de negócios.



30
DOMINGO

O Sindicato dos Jornalistas Angolanos (SJA) diz-se preocupado com o tratamento de questões políticas nos órgãos de comunicação social públicos e privados e lamenta os "actos de censura" que se têm registado.



COTAÇÃO



PETRÓLEO SEGUE BEM ANIMADO...

O petróleo começou o mês de Junho com optimismo. A referência às exportações angolanas, o Brent, abriu a subir 2,03%, o maior nível desde Março, tendo negociado a 70,73 dólares. Já o WTI abriu a crescer 2,73%, negociando 68,13 dólares.



MINÉRIOS SOBEM...

Os minérios começaram a terça-feira a ganhar. As vendas do ouro para Agosto sobem 0,46%, negociando a 1.914,00 dólares por onça troy. A prata negocia a 28,358 dólares por onça troy, ganhando 1,23%. Já o cobre sobe 0,43%, negociando a 4,6898 dólares por libra-peso.

Economia/Política

RESPONSABILIDADE É DO PR

Fundos financeiros especiais não estão regulamentados

FINANÇAS PÚBLICAS. Deputados apelam para a mudança no uso e fiscalização dos fundos financeiros especiais. Presidência remete esclarecimentos ao Ministério das Finanças, que não respondeu ao VALOR

Por César Silveira*

chamado ‘caso Major Lussaty’, na observação de vários analistas e políticos, expôs “fragilidades consideráveis” na gestão do Orçamento Geral do Estado, sobretudo no que toca à provável ausência de regulamentação dos chamados ‘Fundos Financeiros Especiais de Segurança’, cuja responsabilidade é do Presidente da República.

A Lei do OGE 2021 estabelece que “ficam sujeitos a um regime especial e de cobertura, de execução e de prestação de contas, as despesas especiais, afectas aos órgãos de soberania e serviços públicos que realizam as funções de segurança interna e externa do Estado, integrados no Sistema Nacional de Segurança, em termos que assegure o carácter reservado ou secreto destas funções e o interesse público, com eficácia, prontidão e eficiência”.

A mesma lei determina ainda que “são inscritos no OGE 2021 créditos orçamentais que permitam a criação de Fundos Financeiros Especiais de Segurança a funcionarem como reserva estratégica do Estado”, salientando que “a forma de utilização e de prestação de contas dos Fundos Financeiros Especiais de Segurança é regulamentada pelo Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo”.



Tudo indica, entretanto, que esta regulamentação não aconteceu este ano, tal como terá ocorrido nos anos anteriores. O VALOR contactou diversas instituições ligadas à elaboração e à aprovação do OGE e nenhuma conseguiu garantir a regulamentação da referida despesa.

A Presidência da República, através do seu centro de imprensa, atribuiu a responsabilidade de esclarecer ao Ministério da Finanças. O organismo ministerial, no entanto, não respondeu às questões do VALOR até à hora do fecho.

A deputada da Unita Navita Ngolo não tem dúvida de que “não há regulamentação”, defendendo que este “é o foco que deve ser seguido”.

“A teoria não deve ir para os maiores que são apanhados, este é um foco que deve ser seguido. Pela forma como estão a sair os resultados do uso destes recursos, errada e ostentada, consigo afirmar que não há regulamentação. É daqueles sacos azuis que, ao invés de serem usados para melhorar a própria Casa de Segurança do Presidente, são usados para comprar mentalidades da sociedade, e isto não está em qualquer regulamentação. Se houvesse regulamentação, as pessoas usariam com alguma medida os recursos”, argumenta.

Para a deputada, a existir uma regulamentação destes recursos, esta deve ser acessível a todos, “até

para dar razão ao novo paradigma defendido pelo Presidente de maior transparência”.

“Temos de ir até ao fundo, não basta exoneração, é preciso que haja responsabilização e que se exija mais responsabilidade por parte do Presidente da República no uso dos recursos”, salienta.

Quem também apelou por mudanças na gestão e fiscalização dos ‘fundos especiais’ é o deputado e presidente da Casa-CE, Manuel Fernandes, para quem não pode “haver rubricas do OGE que não podem ser fiscalizadas”.

“Como a Assembleia tem uma comissão de Defesa e Segurança, o nosso entendimento é que, ainda que

JLo ‘responsabiliza’ Massano

O Presidente da República exigiu “mudanças imediatas” em alguns comportamentos e procedimentos da banca que, a seu ver, “não são normais”.

Ao dar posse a Francisco Pereira Furtado como novo chefe da Casa de Segurança em substituição de Pedro Sebastião, João Lourenço avisou que espera “uma a acção mais forte, mais contundente, da parte do banco central”.

A advertência do Presidente surge na sequência da apreensão de avultadas somas em kwanzas e divisas, em posse do major Pedro Lussaty, afecto à Casa de Segurança do Presidente, cujo processo-crime corre na Procuradoria-Geral da República, envolvendo altas patentes militares.

Em nota divulgada tão logo a PGR anunciou o caso, o BNA explicou que, de acordo com os seus registos, os valores em questão, em moeda nacional, foram levantados na sua casa forte por um banco comercial, garantindo que processo obedeceu “integralmente” às regras e protocolos vigentes.

Consultados pelo VALOR, alguns bancos comerciais, embora tivessem negado ser a origem dos recursos, defenderam-se, argumentando que o levantamento de somas avultadas por órgãos de segurança é um procedimento legal.

*Gil Lucamba

não fosse conferida a oportunidade a todos os deputados de o fazerem, pelo menos esta comissão de especialidade poderia, em sede própria, proceder à fiscalização de execução deste orçamento”, defendeu.

Os dois deputados defendem que a falta de regulamentação e de fiscalização é que está na origem de situações como o agora denominado ‘caso Major Lussaty’.

Para o ano em curso, o OGE reserva cerca de mais de 1,336 bilião kzs para a ‘defesa, segurança e ordem pública’, corresponde a 9,03% das despesas gerais previstas, superada apenas pela despesa prevista para os ‘serviços públicos gerais’ com uma dotação de 11,97%.

“O Estado é que tem agora de ganhar cultura de reparar danos colectivos. Este é o grande problema deste país. Temos um Estado que, muitas vezes, é impune.”

Albano Pedro,
jurista



REGIME JURÍDICO DA ACÇÃO POPULAR

Jurista propõe criação de fundo emergencial para reparação de danos

ANÁLISE. Estado deve preparar-se para o novo regime jurídico submetido à aprovação da Assembleia Nacional. Jurista avisa que o Estado deve proceder à avaliação económica das leis, sempre que as aprova.

Por Isabel Dinis

O jurista Albano Pedro defende que o Estado deve inscrever, no Orçamento Geral do Estado (OGE), um fundo emergencial para a reparação de danos sempre que os cidadãos intentarem uma acção.

Esse fundo deve estar incluído na proposta de Lei sobre o Regime Jurídico da Acção Popular.

A proposta de lei sobre o Regime Jurídico da Acção Popular foi aprovada, na semana passada, em Conselho de Ministros e vai ser remetida à Assembleia Nacional. Caso a lei seja aprovada, vai permitir à sociedade, de forma colectiva, agir contra o Estado para a defesa desses bens.

Albano Pedro adverte que o facto de o Estado não prever

estes “casos no OGE” pode criar uma incerteza financeira que vai obrigar à concepção de um fundo de emergência para a reparação de danos para tornar céleres os processos.

O jurista aconselha ainda o Governo a pensar, sempre que forem discutidas as leis, na perspectiva económica do instrumento e o seu impacto financeiro. “Quando se aprova a lei, tem de se prever o orçamento dos órgãos que vão ser criados e os custos com

a constituição destes órgãos. Isso chama-se avaliação económica das leis”, argumenta.

Albano Pedro considera que a proposta de lei da acção popular é um “passo significativo” por ser uma das grandes conquistas dos Estados de direito, permitindo aos cidadãos, de forma colectiva, reivindicar os seus direitos. “O Estado é que tem agora de ganhar cultura de reparar danos colectivos. Este é o grande problema deste país. Temos um Estado que, muitas vezes, é impune. Nunca é accionado pelos cidadãos. Não tem cultura de indemnizar os cidadãos pelos actos que dolosamente são causados pelos seus agentes. O Estado tem de se preparar para esta realidade”, adverte.

Para o também académico, a preparação dos tribunais deve passar por os juízes fazerem separação entre o Estado e o partido político. “Há ainda juízes que confundem o Estado com o partido político e que pensam que, quando uma acção é movida contra o Estado, está a ofender-se os interesses do partido. Há também muitos cidadãos que pensam que accionar o Estado é accionar o partido e muitos desistem. Nós, advogados, temos estas experiências”, testemunha.

A Proposta de Lei sobre o Regime da Acção Popular regula os casos e termos em que é conferido e exercido o direito de acção popular, cujos interesses tutelados abrangem a saúde pública; património público, histórico e cultural; ambiente; ordenamento do território; qualidade de vida; defesa do consumidor; legalidade dos actos e normas administrativas, entre outras áreas.

Durante a reunião do Conselho de Ministros, o ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz, esclareceu que o direito da acção popular permite à sociedade, de forma colectiva, agir contra o Estado para a defesa desses bens. “A acção popular é aquela em que o cidadão, organizadamente, de forma colectiva, vai junto do Estado reclamar sobre determinados direitos que colectivamente todos os cidadãos têm”, clarifica, admitindo que o Estado deverá organizar-se para lidar com essas novas realidades. “É preciso que haja muita sensibilização, muita formação e que todos interiorizemos este novo regime para podermos lidar adequadamente”, frisou.

MEMORIZE

- A Proposta de Lei sobre o Regime da Acção Popular regula os casos e termos em que é conferido e exercido o direito de acção popular, cujos interesses tutelados abrangem, entre outros, a saúde pública; património público, histórico e cultural e ambiente.

Economia/Política



A PROPÓSITO DO FUNDECIT

Analistas alertam que não é função do Governo criar fundações

ANÁLISE. Além da intromissão numa esfera reservada ao sector privado, analistas recordam que já existem instituições com competência para absorver as tarefas reservadas à nova fundação.

Por Júlio Gomes

Não cabe ao Governo a criação de fundações, porque estas radicam da Lei do mecenato e por esta via “devem ser entes insuflados” pelo sector privado. As palavras

são de José Severino, presidente da Associação Industrial Angolana (AIA). Também membro do Conselho Económico e Social, Severino indica que ao Governo cabe montar institutos a exemplo do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) que se ocupada aplicação de políticas de exploração e gestão florestal.

Para o ‘número um’ da AIA, ao avançar nesta direcção, o Governo estará a retirar ini-

MEMORIZE

- **Criada pelo** Decreto Presidencial, é tutelada pelo pelouro do Ensino Superior Ciência e Tecnologia e Inovação, enquanto órgão de superintendência.

ciativa ao sector privado. “Uma coisa são instituições ligadas ao aparelho de Estado e outra são fundações com a sua função económica e social bem definidas”, defende, alertando para o perigo da criação de fundações, como aconteceu no passado com a Fesa, “que promovia reuniões e festas, e o fundo Lwini, quando queriam acabar com a AIA”, há mais de 20 anos. “Quando aparecem organizações que depois

se transformam em doadoras já é mau. Ou seja, primeiro, põem a pessoa à fome e, depois, surgem com um prato de lentilhas e exibem na televisão, isso é crime”, compara o líder associativo que pede maior atenção ao Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos “para evitar esses atropelos às regras”.

Por sua vez, o jurista António Pedro também reprova esta iniciativa governamental, argu-

NO PRIMEIRO trimestre deste ano a Administração Geral Tributária (AGT) arrecadou 17,3 mil milhões de kwanzas em Imposto Predial (IP).

mentando que “o melhor seria fazer funcionar instituições já existentes”. Sendo que “o país está cheio delas que não funcionam”, cita o exemplo das fraquezas do sistema de justiça e de entidades que deviam na prática impulsionar a economia como o Instituto para as Pequenas e Médias Empresas (Inapem) e o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) ou ainda o Prodesi “envoltas num manto de muita burocracia”.

Igualmente professor universitário, nota que “nada está a alavancar de facto o desenvolvimento”, acrescentando que “tudo isso ocorre, por falhas no sistema de fiscalização do Estado”.

Quem também discorda é Arlindo Sicato, antigo vice-ministro das Finanças, para quem “não faz sentido” o Governo avançar com o Fundo para o desenvolvimento. “Se o problema é conferir fundamentação científica aos programas do Executivo, então para que serve o Ministério da Economia e Planeamento?”, questiona, avançando que “o novo ente parte em desvantagem a não ser que o Presidente João Lourenço queira acomodar alguém”.

O problema, diz ainda, “não reside na criação de várias estruturas e organizações, comissões e mudanças de certos iluminados, mas o que se passa decorre de sucessivos fracassos de programas e organismos do Executivo que vivem interferindo no ‘modus operandi’ dos outros e no fim ninguém presta contas como devia ser”.

Nesta linha de ideias, prossegue que estão condenados o ‘Programa de reforma do Estado’, da ‘Alta autoridade contra a corrupção’ e a ‘Inspecção-geral do Estado’, tal como ‘morreu’ o SEF - Saneamento Económico e Financeiro, nos anos do partido-Estado.

De acordo com o também economista, “isso tudo se resume ou na incapacidade institucional das estruturas do Estado, incompetência dos recursos humanos (crise de autoridade e falta de qualidade dos serviços), ausência de auditorias e inspeções de facto ou existência de um circuito interno bem instalado que vai trabalhando na sabotagem e contra os bons programas de desenvolvimento económico e social”. Ao contrário, enumera



Arlindo Praia Sicato,
economista

Se o problema é conferir fundamentação científica aos programas do Executivo, então para que serve o Ministério da Economia e Planeamento?



José Severino,
presidente da AIA

Uma coisa são instituições ligadas ao aparelho de Estado e outra são fundações com a sua função económica e social bem definidas.

que seriam suficientes as acções dos ministérios das Finanças, Planeamento, Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e dos órgãos de defesa e segurança, etc.

Sicato aconselha mesmo que evite “mandar para a reforma antecipada novas estruturas que se criem com tendência de policiamento, quando já existem”.

NOVO ENTE COM ESTATUTO

A Fundação Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico, criada para captação e gestão de financiamento, apoiar a ciência e estar alinhada aos padrões internacionais, tem o seu estatuto orgânico já aprovado pelo Conselho de Ministros. Com isso, o Executivo quer que o investimento na ciência seja, pelo menos, de 1% do Produto Interno Bruto (PIB), conforme recomendado pelo Fundo das Nações Unidas para Ciência e Educação (Unesco).

A ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, Maria do Rosário Sambo, afirmou, à saída da reunião que aprovou o seu estatuto, que o FUNDECIT terá a categoria de instituto público com a missão de implementar as políticas de ciência, tecnologia e inovação, com meios financeiros do Orçamento Geral do Estado e outros provenientes de doações destinados à investigação científica e desenvolvimento.

A FUNDECIT vai igualmente proceder à avaliação e acreditação das instituições que se dedicam à investigação científica e desenvolvimento do país, de forma a aumentar a eficácia no aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis e o apoio à produção científica nacional.

“É uma aprovação que é conseguida no Dia de África, relevante para nós, porque a investigação científica é, sem dúvida nenhuma, a base do desenvolvimento. Esperamos que com esta medida o nosso Governo consiga de facto contribuir para melhorar a produção científica nacional”, disse ainda Maria do Rosário Sambo, destacando também os projectos de investigação científica levados a cabo pelo Executivo, no âmbito do projecto de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento.

A FUNDECIT, criada por Decreto Presidencial, é tutelada pelo pelouro do Ensino Superior Ciência e Tecnologia e Inovação, enquanto órgão de superintendência a quem cabe criar as condições para o seu funcionamento, com base nas prioridades definidas na Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que define a forma de organização da investigação científica no país.

Taça Cheia

Todos os sábados,
às 19:00,
com
Sebastião Vemba

96.1 fm

Rádio Essencial

Economia/Política

'AJUDA' DO BNA CONSIDERADA "INSUFICIENTES"

Educação e turismo pedem mais medidas de alívio

CRÉDITO. Banco Nacional de Angola vai dar uma moratória de seis meses para o pagamento de dívidas aos bancos. Associações acreditam que a decisão ainda está aquém do esperado. Em alternativa, propõem ao Governo isenção ou perdão fiscal.

Por Isabel Dinis



Banco Nacional anuncia novas medidas de alívio para empresas

Empresários do turismo e da educação acreditam que as medidas tomadas pelo Banco Nacional de Angola (BNA) que visam o alívio destes dois sectores sabem a "muito pouco", diante dos "estragos" que a pandemia tem causado na tesouraria destas empresas.

O BNA aprovou um instrutivo na última sexta-feira, e a ser publicado nos próximos dias, que vai permitir às empresas de transporte, turismo, cultura, desporto e ensino beneficiarem de uma moratória de seis meses no pagamento dos créditos.

Vários empresários consideram, no entanto, que a decisão é "insuficiente". O presidente da Associação dos Hotéis, Restaurantes e Similares de Angola (Ahore-

sia) acredita, por exemplo, que o Estado podia fazer "muito mais já que não quer apoiar financeiramente as empresas", desde o início da pandemia. Considerando-a "alguma coisa", João Gonçalves prefere antes um "alívio" nos impostos. "Esta medida não nos vem tirar do sufoco. Para os que têm créditos já é alguma coisa, mas os que não têm crédito não vão beneficiar disso. Todos os dias estão empresários a fechar as portas em todo o país. E é muito grave. Só isso não basta", afirma.

Também ao VALOR, o porta-voz da Associação das Instituições do Ensino Superior Privadas de Angola (Aiespa) defende que a moratória "não resolve o problema do ensino superior privado". Laurindo Viagem até elogia a medida como sendo "bem-vinda", mas depois alerta que, com a moratória, a dívida vai continuar. "Estamos a

21

Taxa estimada do crédito malparado do sector dos transportes .

fazer um grande esforço para recuperar o tempo perdido, com despesas e impostos. Isso não responde aos problemas das instituições de ensino superior", explica.

O porta-voz da Aiespa dá conta que já foram colocadas várias questões e soluções para estas instituições e esperava, tal como aconteceu em alguns países, por um apoio financeiro que "até agora não aconteceu". Em alternativa, propõe um perdão no pagamento de impostos

de seis meses, tempo em que estiveram parados por causa da pandemia. "Esperávamos que o Estado fosse compassivo e não cobrasse imposto num período sem actividade. Isso já seria de grande ajuda. Já não pedimos ajuda financeira, porque sabemos que o Estado também está com dificuldades."

RETOMA DAS AULAS COM "CONSTRANGIMENTOS"

Desde que as aulas retomaram, o ensino tem passado por momentos "constrangedores", segundo Laurindo Viagem, que destaca entre as dificuldades, a descapitalização das instituições e das famílias. "Agora, temos os estudantes, mas os estudantes têm muita dificuldade em pagar propinas. Estamos a gerir a situação", resume.

A Associação tem negociado com a Administração Geral Tributária (AGT) a possibilidade de rever

a cobrança dos impostos do sector. Já realizaram alguns encontros em que foram feitas propostas. "Os impostos neste sector não podem ser iguais à política fiscal do sector das bebidas. Temos de ter um tratamento diferenciado. Estamos a tentar sensibilizar a senhora ministra das Finanças. Estamos a trabalhar e esperamos alguma sensibilidade do Estado", anseia.

Laurindo Viagem assegura que a associação propôs uma redução da carga fiscal e que alguns impostos sejam corrigidos e outros mesmo extintos. "Não deveríamos pagar impostos para a investigação, como os laboratórios, por exemplo. Isso devia estar isento já que o país não produz. Acho que a senhora ministra está sensibilizada com isso."

ANEP DIZ QUE A MEDIDA RETIRA A "PRESSÃO"

Diferente da Aiespa, a Associação Nacional do Ensino Privado (Anep) considera a medida do Governo "favorável". O presidente da Anep, António Pacavira, acredita que a moratória de seis meses vai "retirar a pressão" das instituições. "Temos várias instituições com crédito para pagar. Isso vai dar alguma folga. Tivemos de fazer algum estudo e percebemos que o poder de compra baixou. Esta medida cria um alívio", considera.

António Pacavira explica que, apesar da medida, grande parte dos seus associados tem cumprido com o crédito e com o pagamento de impostos. "Os bancos têm feito retenção na fonte. Não tivemos qualquer alívio até agora. Esta medida vem permitir uma negociação. É uma medida que agrada e retira a pressão sobre a nossa tesouraria", insiste.

Desde o início da pandemia que o sector dos transportes viu o malparado passar dos 9% para os 21%. No turismo, restauração, hotelaria, o crédito que não se paga aos bancos saltou de 26% para perto de 42%.

www.bancobic.ae

**A nossa história é feita por
mais de 1.600.000 nomes.**
Seja um deles e entre
na família **BIC**.



16
BANCO
BIC
ANOS

O **Banco BIC** tem crescido ao longo destes **16 anos** pela dedicação e profissionalismo dos colaboradores e de todos os que estão ao nosso lado. Já são mais de **1.600.000** clientes e o sucesso de cada um constrói o nosso sucesso. Por isso, o nosso **obrigado** ao Wilson, ao Pedro, ao João, ao António, à Maria, ao Carlos e a todos os que estão connosco diariamente a **crescer e a fazer o futuro**.



BancoBIC

Crescemos Juntos

Mercados & Negócios

CONTAS DE 2020

Lucros da dona do KFC recuam 60 por cento



RETALHO. Apesar do recuo, Ibersol Angola é a segunda empresa mais rentável do grupo. Empresa estima ser responsável de cerca de 1% do frango importado, oportunidade que os produtores locais ainda não conseguiram explorar.

Por César Silveira

Os lucros da Ibersol Angola, dona da rede KFC, recuaram cerca de 60,5%, passando de pouco mais de 2,780 milhões de euros, em 2019, para 1,096 milhões de euros, em 2020, segundo o relatório e contas da empresa.

Apesar do recuo e de o grupo considerar que o mercado angolano se encontra em “fase de perda de peso na actividade do grupo”, a Ibersol Angola registou o segundo maior resultado entre as oito unidades do conglomerado.

A Ibersol Angola foi superada apenas pela Ibersol Restaurants S.A que registou lucro de pouco mais de 1,316 milhões de euros. Presente em três geografias (Angola, Espanha e Portugal), o Grupo Ibersol apresenta, no seu relatório e contas, oito empresas e destas só mais duas apresentaram resultados positivos. Tratam-se das empresas Asurebi SGPS, S.A (91 458 euros) e a Eggon SGPS, S.A (165 294 euros).

A empresa destacou o impacto negativo do câmbio nos resultados, salientando a necessária precaução com a desvalorização do kwanza. “Refira-se que a principal fonte de exposição advém do investimento fora da zona euro da operação que desenvolve em Angola, ainda de pequena dimensão e em fase de perda de peso na actividade do grupo. Os desequilíbrios da economia angolana acarretam uma escassez de moeda estrangeira em Angola, pelo que a desvalorização do kwanza é um risco a considerar”, detalha

As contas da empresa foram calculadas com uma taxa média de 703,730 kwanzas, o que fixa em cerca de 771,9 milhões de kwanzas o resultado alcançado.

No mesmo período, as vendas da Ibersol Angola recuaram cerca de 45%, ao passarem de 13,399 para 7,371 milhões de euros, enquanto as do grupo recuaram 28,8%.

PRODUTORES LOCAIS SUBAPROVEITAM KFC

A Ibersol Angola é proprietária de 10 unidades em Angola entre

duetos continuam a ser importados por falta de oferta localmente.

“Porque a oferta de produtos de base industrial em Angola, obedecendo aos elevados padrões referidos (mais elevado padrão de sabor e de higiene e segurança alimentar), ainda é muito limitada. A Ibersol Angola vê-se obrigada a importar a maioria dos seus insumos de modo a satisfazer os seus clientes nos preceitos antes referidos”, explica o administrador delegado, José Santos Cunha, referindo-se essencialmente ao frango, batatas pré-fritas e congeladas, farinhas de diversos tipos e óleo alimentar.

Santos Cunha defende que o KFC não pode ser visto como “problemático” no caso da importação de frango, visto que as suas compras representam apenas cerca de 1% do volume de importação de frango do país.

Em relação ao mercado de origem, o gestor explica que, “apesar de as importações serem feitas através de Portugal, a origem dos produtos é diversa e essencialmente da Europa”.

José Cunha garante, no entanto, que o grupo vai criar soluções para acrescentar valor localmente. “Tradicionalmente, em África, os demais países onde a marca KFC está presente importam frango, sobretudo da África do Sul, a partir da qual o mesmo já é fornecido cortado e marinado conforme a receita da marca, mas, no nosso caso, importamos os condimentos e os nossos colaboradores é que preparam o nosso produto, ajudando assim a criar mais fonte de trabalho”, esclarece o gestor. O mesmo exercício, garante, é feito com as pizzas da rede PH, visto que “demais países em que a marca PH está presente importam a massa da pizza já preparada e congelada”, ao passo que, no caso de Angola, é importada apenas farinha e a massa, produzida localmente.

MEMORIZE

● **A primeira** loja KFC foi inaugurada em 2012, existindo actualmente 9 unidades. Além da marca KFC a Ibersol Angola, que tem origem do grupo português Ibersol detém a marca Pizza Hut, contando com uma loja.

10

Lojas, das quais 9 KFC, representam o portfólio da empresa em Angola

as quais nove da marca KFC e uma da Pizza Hut (PH) e, como tal, apresenta-se como potencial cliente para produtores de alguns dos seus ingredientes mais consumidos, como é o caso do frango e da batata. No entanto, estes pro-

O BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA (BDA) é o que mais disponibilizou financiamento no âmbito do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (Prodesi). Desde 2019 aprovou 525, ao contrário BAI com 38, BIC 35, BNI 27, KEVE 22 e BFA com 18.

Santos Simõesca © VE



António Candeias,
PCA da Sistec

EXERCÍCIO DE 2020

Resultado líquido da Sistec aumenta mais de 400%

CONTAS. Empresa acautela que os números estão sujeitos a correcções da autoridade tributária, mas descarta impacto “significativo” dos eventuais ajustes nas demonstrações financeiras. Prestação de serviços foi o que mais contribuiu para o lucro.

Por Redacção

O resultado líquido da Sistec cresceu, em 2020, mais de 400%, para 788 milhões de kwanzas, face aos 150 milhões do exercício anterior, indica o relatório e contas da empresa consultado pelo VALOR.

Para o aumento considerável do lucro contou, sobretudo, o desempenho da prestação de serviços que saiu dos 522,4 milhões para os 4,470 mil milhões de kwanzas, um crescimento de 755%. Também terá con-

corrido positivamente para o lucro a redução de cerca de 8% dos custos com as mercadorias vendidas, passando de 3,102 para 2,860 mil milhões de kwanzas.

No período, as vendas globais da empresa recuaram, entretanto, cerca de 32%, saindo de pouco mais de 6,8 mil milhões de kwanzas para 4,621 mil milhões de kwanzas.

Apesar de admitir a possibilidade de alteração dos indicadores, face “às correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais”, a administração da Sistec acredita que estas alterações não terão “efeito significativo” nas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2020.

“A empresa encontra-se sujeita à tributação em sede do regime geral do imposto industrial. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas à revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos, em face, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2016 a 2020 poderão ainda ser sujeitas a revisão”, acautela.

INVESTIR APENAS NO NECESSÁRIO

Perspectivando que 2021 será ainda um ano de “incerteza”, a administração antecipa que a empresa terá de operar num ambiente com “condicionantes” que exigem “uma ges-

tão prudente dos recursos”, focada em investimentos “estritamente necessários”.

No caso específico do retalho, a empresa admite manter a renovação das lojas e lançar a loja online, “que permitirá vender produtos e fidelizar novos clientes pela conveniência criada”.

Para o segmento ‘corporate’, a empresa considera necessário “manter satisfeitos os clientes já fidelizados”, mas calcula que “esta área irá desenvolver novos serviços e produtos para segmentos de mercado como o teletrabalho, a cibersegurança, consultoria tecnológica e a formação à distância, que cresceram devido ao distanciamento social”.

EM MAIO

RIL fecha abaixo de 8 mil milhões USD pelo segundo mês consecutivo

Depois de terem fechado em Abril nos 7.984,72 milhões de dólares, as reservas internacionais líquidas voltaram a terminar abaixo dos 8 mil milhões em Maio, mês em que se fixaram nos 7.982,43 milhões de dólares, assinando uma redução inferior a 1%.

Em comparação a 30 de Outubro de 2017, início de governação de João Lourenço, quando estas reservas se situavam nos 15.358 milhões de dólares, a redução já atinge os 48%. Desde então, as reservas têm-se mantido numa trajectória de queda, alcançando a cifra dos 8 mil milhões de dólares em Novembro de 2020. Ainda em termos comparativos, é preciso recuar até Janeiro de 2007 para encontrar reservas abaixo de 8 mil milhões de dólares.



Mercados & Negócios

PROJECTO FOI ELOGIADO PELO PCA DO BANCO

Afreximbank falha crédito e encalha marca de viaturas angolana



SITE DE RECRUTAMENTO

Shoprite interessada no imobiliário

O director-geral para África do grupo Shoprite, Anton Wazenaar, manifestou, durante um encontro com o governador da província da Lunda-Sul, interesse do grupo em investir no sector imobiliário.

Segundo Anton, estão na forja estudos aprofundados, cujos resultados indicam para o interesse de investimentos na área imobiliária, em função das oportunidades que a região oferece.

O empresário garantiu que o seu o grupo está aberto para apoiar as microempresas locais a trabalharem como fornecedoras de produtos locais, uma acção que vai contribuir para poupar dinheiro e outros encargos associados ao transporte de mercadoria adquirida em outras localidades.

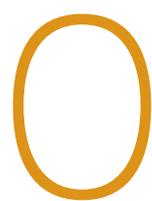
No âmbito da sua responsabilidade social, o grupo projecta expandir o programa de distribuição gratuita de sopa aos lares que prestam assistência às crianças e idosos, a partir de uma cozinha móvel.

O grupo é um dos maiores retalhistas em África, com um total de 2.689 lojas em 15 países. Em Angola, conta com mais de 20 supermercados.



SECTOR AUTOMÓVEL. Instituição financeira mantém-se em silêncio, dois anos após a promessa pública de financiamento, durante a feira intra-africana, ocorrida no Egito.

Por Guilherme Francisco



O financiamento de 58 milhões de dólares prometidos, em 2019, pelo Banco Africano de

Exportações e Importações (Afreximbank) à empresa angolana Pegado Motors e que visava a introdução em Angola de uma marca de viaturas com o mesmo nome nunca chegou a ser concretizado.

A revelação é do empresário Bruno Pegado, responsável da

empresa, que, ao VALOR, explica não compreender as razões do recuo do Afreximbank, depois de ter cumprido todas as exigências que lhe foram impostas e depois de o PCA da própria instituição financeira ter considerado o projecto “pan-africanista e merecedor de apoio”, em Luanda.

“Cumprimos todos os requisitos mas, na altura de desembolsarmos os valores, começamos a ter dificuldades, a comunicação começou a falhar. Apresentei o capital que me foi exigido, o que aconteceu de concreto, eu não sei dizer. Eles ficaram mudos até aos dias de hoje”, lamenta o empresário, que aponta, entre as

exigências que cumpriu, a apresentação pública, em Luanda, dos 12 modelos de viaturas e a carteira dos primeiros clientes.

O silêncio do banco levou ao cancelamento de um primeiro lote projectado de 53 viaturas, que seria garantido com recursos próprios e com os avanços dos primeiros clientes, situação que, segundo o empresário, redundou em perdas financeiras, além da acumulação de dívidas a fornecedores. “Infelizmente, seis meses com o valor dos clientes no banco, as transferências não foram feitas. Houve três desvalorizações da nota e o que eu tinha já não dava para fazer nada. Com 120 mil dólares que conseguimos

no mercado informal, tivemos de ir ao mercado externo procurar financiamento para tentar suprir esta deficiência, não tinha como honrar com os compromissos, tentamos fazer devolução ninguém queria receber os valores”, explica empresário, ao mesmo tempo que garante devolver os avanços de 65 clientes, com uma compensação de 20%, além de assegurar, para breve, a entrega de 15 viaturas aos clientes que preferiram esperar.

A trabalhar, há quatro anos, em pesquisa e desenvolvimento na China, fruto de um investimento de mais de 3 milhões de dólares em peças e acesso às indústrias, a marca lançou, com novos parceiros, 200 das 4 mil unidades previstas de autocarros, bicicletas e motorizadas em três países do sul de África.

MOTORIZADAS NO MERCADO ATÉ AGOSTO

Enquanto as viaturas não chegam, a empresa vai lançar, no mercado angolano, as motorizadas ‘Baza-Baza’, na expectativa de fomentar o auto-emprego, com o serviço de moto-táxi. Com um investimento inicial de 100 dólares nas primeiras 52 unidades que devem chegar em Agosto, a marca está em negociação com um banco de Dubai no sentido de produzir as motorizadas em massa. A empresa prevê montar todas as motorizadas no centro de montagem do Ramiros, em Luanda, fechado desde 2017, face à crise.

Entre os vários projectos da marca, que começou a operar em 2008 com a montagem de bicicletas num investimento inferior a 20 mil dólares, continua em pé a construção do parque industrial automobilístico do Waku Kungo, no Kwanza-Sul.



A perseverança nos une

SAHAM Angola Seguros torna-se Sanlam

A SAHAM Angola Seguros torna-se Sanlam, integrando a maior instituição financeira não bancária de África. Valendo-se de mais de 100 anos de experiência financeira no mercado Africano e na indústria seguradora, a Sanlam assume o compromisso com os seus parceiros, clientes e colaboradores, de estar sempre presente e caminhar juntos no desenvolvimento de capacidades e estruturas que permitam o crescimento seguro.

Unidos pelos mesmos valores.

 **Sanlam**

Viva com confiança

DE JURE



OBRA DE SÉRGIO LUTHER RESCOVA LANÇADA A TÍTULO PÓSTUMO

Modo de produção das leis no Parlamento em livro

LITERATURA. 'A Função Legislativa e o Processo Legislativo Parlamentar em Angola' é a mais recente obra científica e académica, lançada em Luanda a título póstumo, do docente e político Sérgio Luther Rescova, e aborda o modo de produção das leis na Assembleia Nacional.

Por Redacção

O livro, com 187 páginas, está composto por quatro partes: 'O Estado: Enquadramento Doutrinal e o Direito Constitucional', 'A Função Legislativa no Constitucionalismo Angolano', 'O Processo Legislativo Parlamentar Angolano' e 'Análises e Conclusões', e é fruto da dissertação de mestrado em ciências jurídico-políticas de Rescova, na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (UAN), em 2016.

Para o jurista e académico Carlos Feijó, a quem coube o prefácio, a obra apresenta, de forma prática, a elaboração das leis no Parlamento, referindo, por exemplo, que, com o estudo 'A Função Legislativa e o Processo Parlamentar em Angola', Sérgio

Luther Rescova Joaquim responde a várias questões como Quantas leis são aprovadas por ano? Como é que o Parlamento cria uma Lei? Existem planos legislativos anuais? Em termos práticos, como o parlamento desempenha a função legislativa?

"Em verdade, as abordagens críticas, acompanhadas da apresentação de propostas de soluções e sugestões de evolução do quadro adjetivo da função legislativa, tornaram esta obra científica num contributo que exibe um grau de investigação e de profundidade científicas", ressalta o jurista.

A obra científica foi uma iniciativa da Universidade Católica de Angola (Ucan), sob a chancela da editora Livros & Conteúdos.

"REFORÇO DO ESTADO DEMOCRÁTICO E DE DIREITO"

Quem também teve uma palavra a dizer sobre a obra ligada à 'casa das leis' é a ministra de Estado para

MEMORIZE

● Membros do Governo, deputados, docentes universitários, estudantes, entre outras personalidades marcaram presença no lançamento de 'A Função Legislativa e o Processo Legislativo Parlamentar em Angola' de Luther Rescova, a título póstumo.

a Acção Social, Carolina Cerqueira, para quem o livro vem "engrandecer a acção do Parlamento e reforçar o Estado Democrático e de Direito".

"Este estudo constitui uma prova irrefutável do muito que Sérgio Luther Rescova Joaquim tinha a dar, para o desenvolvimento multifacetado do país", realçou.

Para deputado Virgílio de Fontes Pereira, com a publicação da obra, a Assembleia Nacional "sai a ganhar pela carência existente a nível de bio-

grafia especializada sobre o direito parlamentar".

No lançamento de 'A Função Legislativa e o Processo Legislativo Parlamentar em Angola', estiveram membros do Governo, deputados, docentes universitários, estudantes, entre outras personalidades.

Nascido a 16 de Maio de 1980, da Damba, no Uíge Sérgio Luther Rescova Joaquim faleceu a 9 de Outubro de 2020, em Luanda, por doença.

Mestre em Ciências Jurídico-Políticas e licenciado em Direito pela Universidade Católica de Angola, foi deputado do MPLA, na Comissão de Assuntos Constitucionais e Jurídicos do Parlamento.

Foi docente de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Ucan.

Além de secretário Nacional da JMPLA, foi, entre 2 de Janeiro de 2019 e 26 de Maio de 2020, governador de Luanda, de onde saiu para o Uíge, onde exerceu o mesmo cargo até à data da morte.

MALANJE E MENONGUE

PGR com mais magistrados

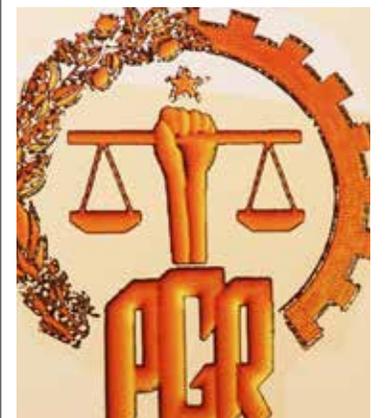
A Procuradoria-Geral da República (PGR) em Malanje conta com mais magistrados do Ministério Público no quadro do programa de expansão dos serviços aos municípios, o que eleva para 23 o número de procuradores na província. Numa primeira fase, os novos magistrados vão trabalhar na cidade de Malanje, enquanto se criam as condições de acomodação no município de Cambundi-Catembo.

A procuradora-geral adjunta da República titular de Malanje, Francisca Rasgado Marques, à imprensa, apelou aos novos magistrados para primarem a actuação com seriedade, em prol do interesse público.

O Kuando-Kubango é outra província que conta igualmente com três novos magistrados do Ministério Público, que se juntam aos oito já existentes, com vista a imprimir-se maior celeridade na tramitação processual.

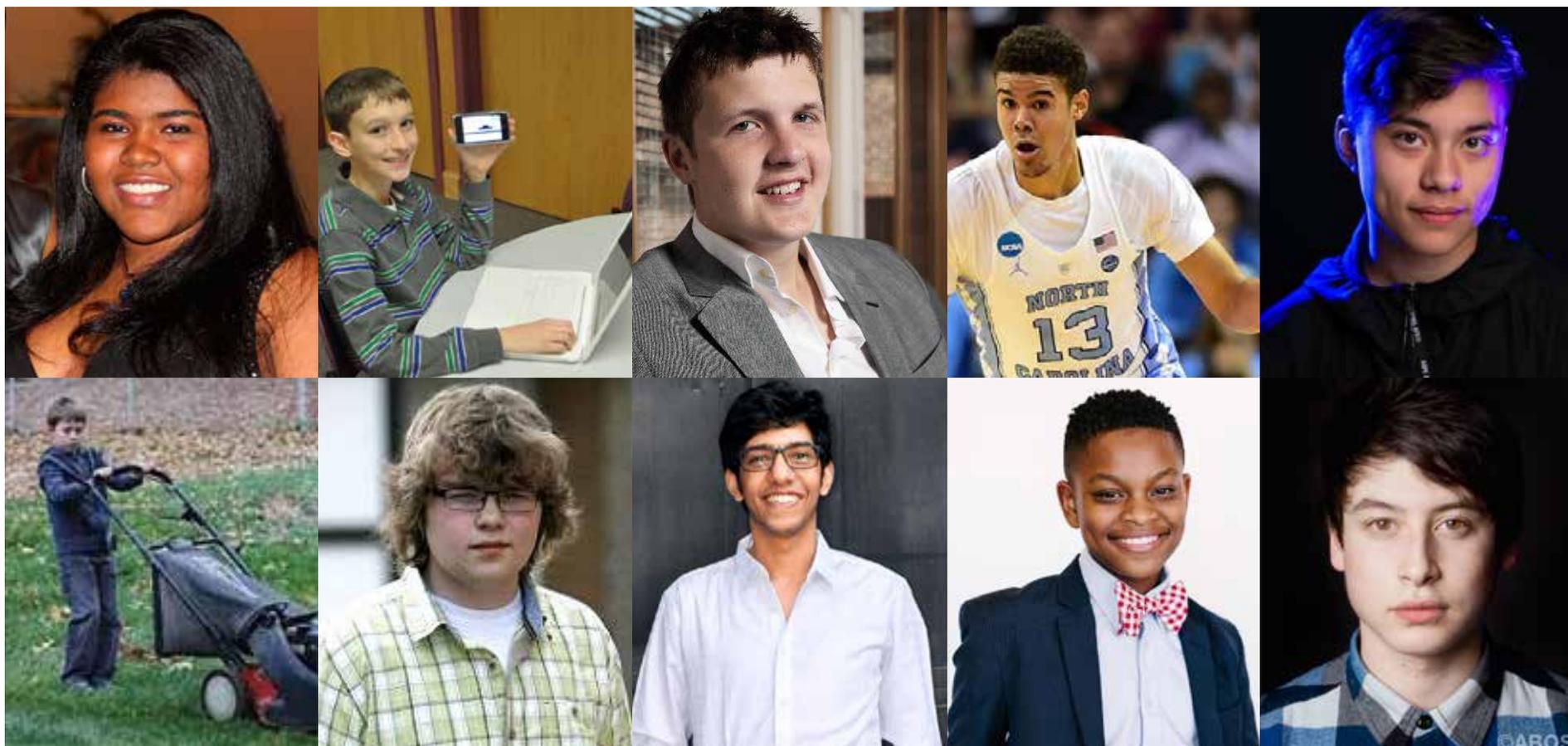
O procurador-geral adjunto da República na província, Nilton Muaca, reconhece que a PGR enfrenta inúmeros desafios, dado o número reduzido de procuradores, sendo que cinco trabalham junto do Tribunal Provincial, três no Serviço de Investigação Criminal (SIC), um no município do Cuchi e outro junto do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME).

Segundo Nilton Muaca, para o normal funcionamento, a Procuradoria na província precisa de pelo menos 10 procuradores junto do Tribunal Provincial e quatro para atenderem o SIC, para maior celeridade dos processos-crime.



1 JUNHO É DIA DA CRIANÇA

10 crianças milionárias pelo seu pé



FORTUNA. Não tinham idade para abrir conta bancária em nome próprio, mas tornaram-se milionários antes de atingirem a maioridade. Conheça 10 das crianças que se tornaram milionárias por via do seu próprio empreendedorismo.

Por Redação

Leana Archer – Com apenas 9 anos começou a produzir e vender cremes para o cabelo que fazia com receitas da bisavó. Uns aninhos mais tarde Leana já contava com mais de três milhões de dólares. Quando atingiu a marca de 100 mil dólares por ano criou uma funda-

ção que ajuda mais de 200 crianças com necessidades básicas e acesso à educação no Haiti.

Robert Nay – Em duas semanas e com apenas 14 anos, Robert Nay viu o seu videogame tornar-se um sucesso e facturar dois milhões de dólares. Um dos mais populares jogos da Apple Store, o Bubble Ball foi uma criação só com o objectivo de distrair o teenager.

Adam Hildreth - Quando fez 16 anos Adam já era milionário pelo seu próprio pé depois de ter

criado uma rede social para teenagers chamada Dubit que se tornou muito popular no Reino- Unido. Depois disso criou uma aplicação que protege crianças de predadores online e em 2004 tornou-se um dos 20 miúdos mais ricos da Inglaterra.

Cameron Johnson – Fundou a Cheers and Tears empresa de desenvolvimento de software e publicidade online aos 14 anos, e tornou-se milionário antes de chegar ao liceu. Tudo começou quando fez uns cartões para uma festa tão perfeitos que passaram a render 400 mil dólares por mês aos 12 anos.

Evan Breeze – quando tinha apenas oito aninhos, Evan criou um canal do YouTube para fazer análises de brinquedos e jogos de que gostava e não gostava. A lição é que se pode fazer dinheiro com qualquer interesse porque com um canal com

mais de um milhão de subscritores o pequeno Evan passou a facturar 1.3 milhões de dólares ano.

Emil Motycka – Emil começou a cortar a relva como negócio aos nove anos e elevou de tal maneira que investiu em máquinas profissionais aos 13 anos que passaram a render mais de 100 mil dólares por verão. Hoje a empresa que criou, a Motycka Enterprises, factura milhões de dólares por ano.

Christian Owens – O primeiro milhão de muitos que fez ainda não tinha 16 anos. Aprendeu web design online e começou a sua primeira companhia aos 14 anos tornando-se distribuidor de aplicações para o Mac tendo como inspiração Steve Jobs.

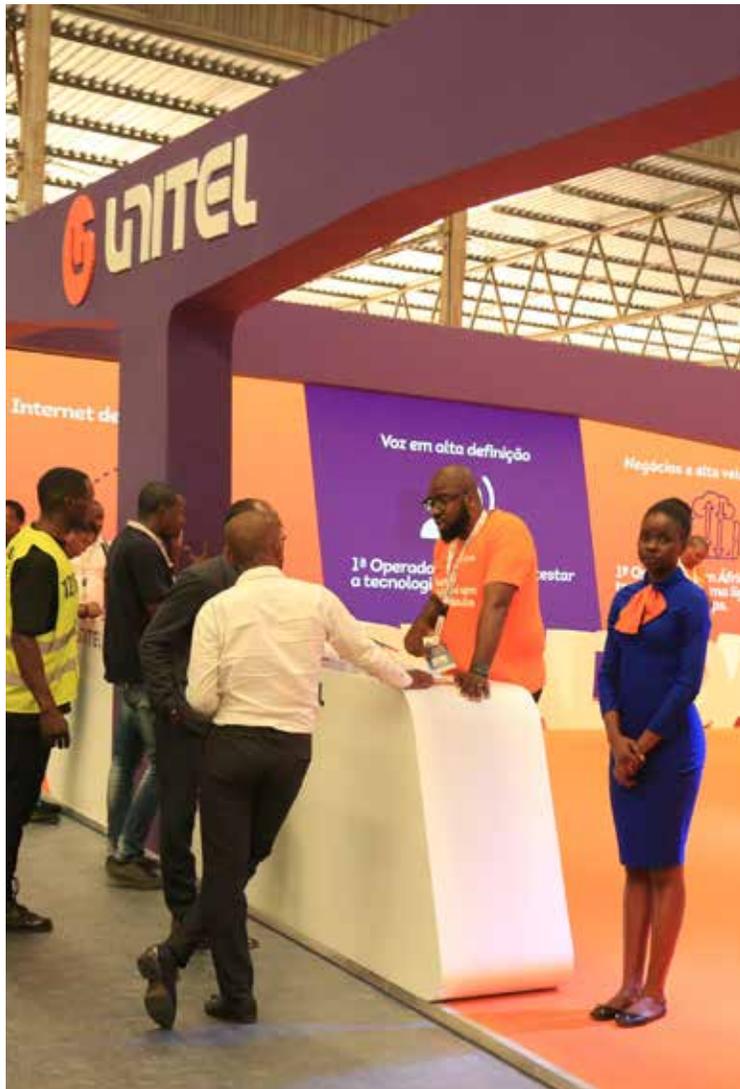
Farrhad Acidwalla – Aos 16 anos já tinha mais de 20 funcionários espalhados pelo mundo e

já fazia Ted Talks como um dos empreendedores mais promissores do mundo. Fundou a Rockstah Media, empresa de marketing e diz que trabalho de equipa é a alma do negócio.

Moziyah Bridges – Aos 9 anos criou a sua companhia de nós e laços de gravata que rapidamente passou a facturar 150 mil dólares por ano. A empresa cresceu tem vários funcionários e passou depois para o desenvolvimento de linhas de roupa que também foram bem-sucedidas.

Nick D'Aloisio – um dos teenagers mais influentes do mundo de acordo com a revista Times, Nick tornou-se célebre através da programação de computadores que aos 15 anos permitiu que vendesse à Yahoo uma tecnologia de inteligência artificial, a Summly, por 30 milhões de dólares.

(In)formalizando



POTENCIALIZAÇÃO DO ECOSISTEMA DIGITAL

Unitel abre concurso de startup digitais

A operado de telefonia lançou o concurso de startups de negócios digitais, denominada Unitel GO Challenge, com o fito de identificar as melhores e potenciar o ecossistema digital em Angola. A participação é aberta a todos empreendedores e desenvolvedores angolanos residentes ou não no país, a título individual ou em grupo de até cinco elementos.

As inscrições abertas hoje, 01 de Junho, têm a duração de um mês. Cerca de 70% do critério de avaliação dos projectos concorrentes está ligado à gestão empresarial, operacionalização do negócio e à constituição de equipas com viabilidade económica.

Os empreendedores aptos participarão na fase derradeira da competição, Pitch do WebSummit, que acontece em Novembro, onde terão uma exposição à Investidores de todo o mundo.

O grande vencedor ganhará 4 milhões de kwanzas, cinco computadores portáteis, um ano de telecomunicações grátis, divulgação nos canais de comunicação da Unitel e parceiros, um ano de mentoria com profissionais da Unitel e parceiros, e participará online no WebSummit 2021.

A edição do ano passado do evento foi vencida pela startup Sória App.

50 MIL EM JUNHO

Informais começam a ser formalizados esta semana

O projecto-piloto de formalização da economia informal arranca esta semana no mercado 30, o maior informal, situado em Viana, Luanda. A previsão é deste mês serem formalizados só neste mercado mais de 50 mil agentes económicos informais.

A formalização permitirá os agentes económicos a terem acesso à plataforma de pagamentos móveis “E-Kumbu”, e aos programas de capacitação para criação e gestão de cooperativas.

O processo, enquadrado no programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), será efectuado por brigadas móveis de registo, equipadas de meios tecnológicos.

Depois do mercado do 30, a campanha de formalização segue nos municípios de Cacuaco e Cazenga.

STARTUT NÃO ESTÁ LICENCIADA

BNA desaconselha serviços da Academia de Investimento

O Banco Nacional de Angola (BNA) alerta que a startup denominada Academia de Investimento, não está autorizada a exercer actividade financeira, nomeadamente, a prestação de serviços de pagamentos, concessão de crédito e captação de depósitos.

O órgão regulador recomenda os interessados aos serviços divulgados pela referida empresa a não aderirem, pois são reservadas às instituições financeiras bancárias.

“Apelamos às instituições financeiras bancárias e ao público em geral que se abstenham de estabelecer qualquer relação de negócio com a mesma”, aconselha.

Entretanto, alerta os promotores de se absterem de “praticar qualquer acto passível de ser qualificado como contravenção muito grave, prevista e punível nos termos da alínea a) do artigo 387.º da Lei n.º 14/21, de 19 de Maio – Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras.”



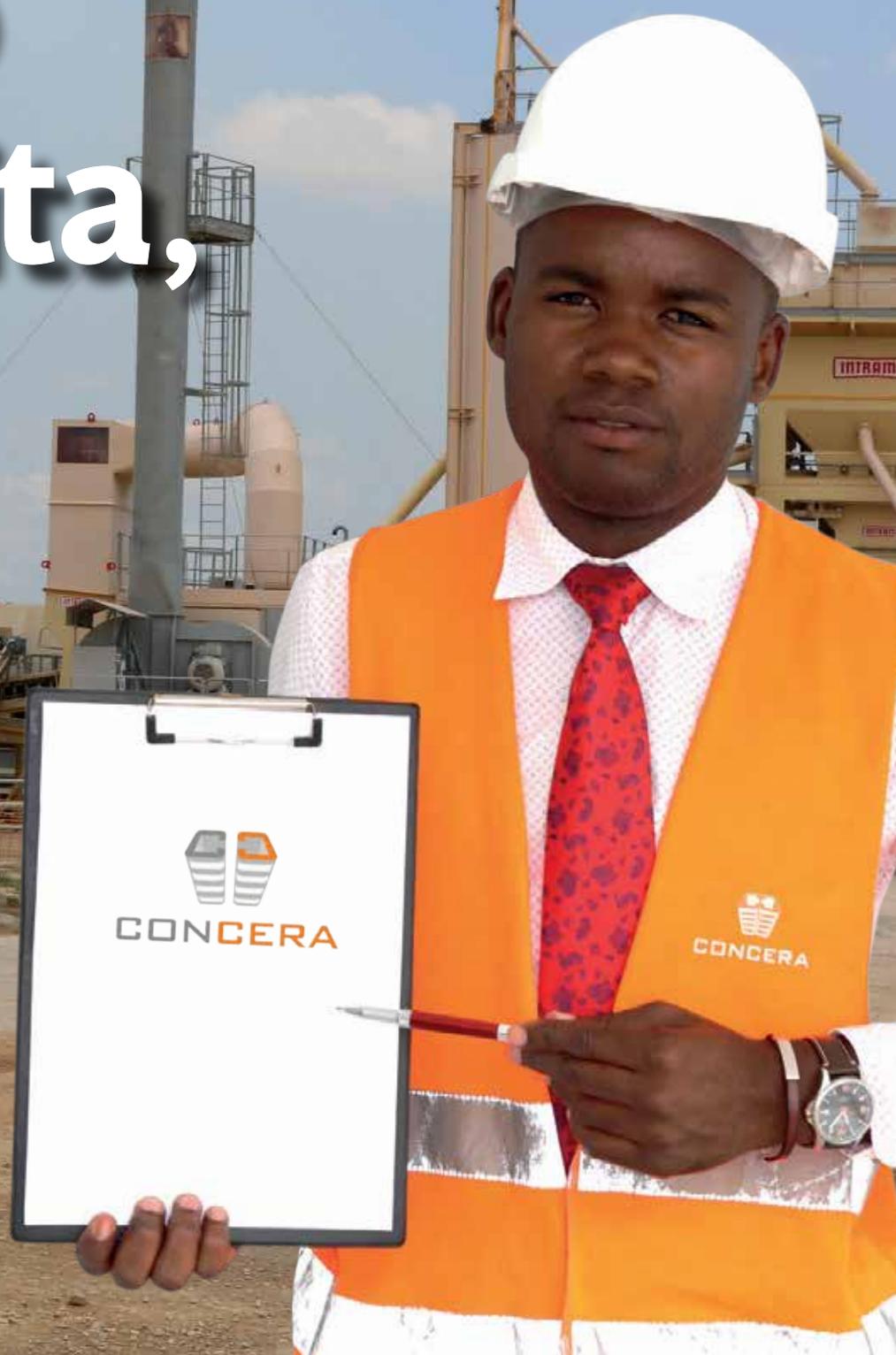
Cinquenta expositores na Feira do Auto-emprego

Cerca de 50 expositores participam da 6ª edição da Feira de Auto-emprego e Empreendedorismo que decorre no Lubango, sob o lema ‘Empresariado Jovem no Combate ao Desemprego’.

Consta que, nos primeiros dias, um grupo de jovens dedicados à produção de hortofrutícolas adquiriu acima de cinco mil mudas de frutas com realce para a macieira, morangueiros, pereiras, goiabeiros, tangerineiras, abacateiros, limoeiros, entre outros. E estima-se um volume de negócios na ordem dos 500 mil dólares, resultantes de parcerias comerciais nos domínios da prestação de serviços e agro-pecuária.

A feira é uma iniciativa do Fórum Angolano de Jovens Empreendedores (Faje) com a parceria da Associação Agro-pecuária Comercial e Industrial (AAPCIL). O coordenador do Faje na Huíla, Erickson Carvalho, mostrou-se satisfeito com os 50 postos de trabalhos criados e com a “capacidade criativa” de várias empresas.

Do sonho à obra feita, um só parceiro à altura



Do betão às máquinas, estamos sempre prontos para pôr mãos à obra



Estrada das Terras Verdes, Km 1 Caop Velha Funda - Cacuaco - Luanda
Escritório: (+244) 928 981 644
comercial@concerraangola.co.ao | www.concerraangola.co.ao

Opiniões

Que se reformem os dinossauros



António Vieira,
ex-director da
Cobalt Angola

Há alguns dias, dei comigo a fazer contas ao reumatismo que me acompanha e ao mesmo tempo me faz feliz. É que, apesar de tudo, eu cheguei à idade do reumatismo o que em nada me apoquento. Mantenho o meu estilo de vida, pese o facto que sem a mobilidade de há alguns anos.

Comecei a trabalhar no início dos anos setenta sem nunca ter pensado que um dia iria ter de deixar de trabalhar. Ou melhor, que um dia iria merecer viver sem ter de trabalhar. E, acreditem ou não, não há nada de mais simpático e gostoso, no dizer de alguns amigos do outro lado do Atlântico, que acordar quando se quer; fazer o que se quer sem ter de pensar nos objectivos tanto pessoais como do patrão; comer a que horas apetece desde que haja comida para tal; beber o que se dispõe e na quantidade que o meu corpo permite, e, finalmente, deitar-me quando me dá na galha. Chegar a esta idade em que finalmente sou livre, pese o facto de o meu país guardar para mim uma definição de liberdade que, ao limitar-me à pensão numa forma que diria ridícula, me dá o luxo e o direito de pôr em causa essa mesma liberdade. Afinal de contas, eu só sou livre até aonde o cartão do BPC me permite. E isso quando funciona.

Na indústria dos hidrocarbonetos, a idade da reforma é aos 60 anos. Sei de colegas que, ao chegarem ao escritório, no dia a seguir ao dito aniversário, já tinham o cartão de acesso bloqueado, sem aviso prévio e, sem sequer ter tido

a oportunidade de arrumar as suas míseras “embambas”. Houve outros que foram chamados aos recursos humanos e foi-lhes entregue uma nota que os punha de sobreaviso uma vez que, a partir duma data fixa, iriam para casa. Houve casos de quem já há muito estivesse em casa, porém, ao bater dos 60, passaram a estar em casa a viver da reforma, finalmente fora do pacote salarial.

Ainda na indústria dos petróleos, houve colegas que, apesar de já terem batido nos 60, continuaram no activo. É que, apesar de tudo, uns são mais queridos do que outros e isso dá-lhes direitos complementares. Há ainda os que, sendo filhos, até recebem promoções ao passarem dos 60. Quase todos inúteis, porém promovidos e a bloquear a carreira de outros mais jovens que até podem fazer a diferença de que a indústria precisa sobretudo em termos de transparência.

O mesmo acontece noutras indústrias de relevo. Em particular, olho para o renovar das gentes ligadas à aviação civil, à mineração, ao comércio, e a quase todos os sectores. Sobretudo nos sectores onde o trabalho é duro e desgastante. Ao bater dos 60, bate a quebra salarial e vai-se para casa sobretudo se se for enteado ou não jogar na equipa certa.

Países há onde a passagem ao descanso merecido é um pouquinho mais tarde. Na maioria dos países europeus, essa idade está hoje mais perto dos 70 que dos 60. É evidente que eles têm uma qualidade e esperança de vida que lhes permite essa ‘frescura’. Eles reformam-se e facilmente vivem 30 anos como reformados nos seus países, quando entre nós pouco menos de 45% chegam a beneficiar desse estatuto. Na verdade, a maioria de nós continua a morrer muito antes de atingirmos o estatuto de reformado. E os poucos que lá chegam morrem quase

a seguir, tal é a pressa do sistema em desfazer-se deles.

Acredito ser do conhecimento de todos nós que somos um país jovem. Temos uma maioria jovem acentuada e não é só porque temos a mania de fazer muitos filhos. É também porque morremos jovens. Morremos antes do tempo. O que me intriga é o facto de, apesar de sermos um país jovem, continuamos a ser governados pelo exército geriátrico. Somos na realidade governados por velhos que se recusam a aceitar a reforma, embora a imponham aos que não jogam na mesma equipa.

Li há dias numa ‘postagem’ nas redes sociais que se atribuiu à política Welwitschia dos Santos uma passagem em que ela dizia “num conflito entre os mais velhos do passado e os jovens com futuro, está claro quem vai vencer”. Embora eu não veja com lucidez a clareza desta passagem, fico a pensar que, na realidade, a nossa terceira idade tem de se reformar. Meus confrades, concidadãos, amigos e outros, é altura de todos os que atingiram a idade da nossa esperança de vida se reformarem. Digo, todos, incluindo os políticos e politiquinhos de toda a espécie. Sem excepção.

Temos, no serviço público, dezenas de indivíduos velhos e

ultrapassados muito mais incompetentes que válidos, sobretudo em cargos de chefia. Há que reformá-los a todos para melhorar a qualidade do serviço e desta maneira melhorar a qualidade de vida desses mesmos cidadãos. Há que dar lugar aos jovens que fomos treinando, pese o facto de alguns serem tão incompetentes como a equipa senil que resiste à hora da partida.

Muito pior que o serviço público é a Assembleia Nacional, onde a grande maioria dos deputados tem idade superior à nossa esperança de vida. Sabemos bem que muito deles nada fazem e que nada sabem fazer, por isso lá estão. E que lutam para por lá continuarem. Porém, dada a sua avançada idade, é altura de passarem ao descanso laboral e de deixarem os mais jovens cheios de ideias novas e educação melhorada conduzir os destinos do país para que não se extingam como aconteceu um dia aos dinossauros. Embora eles sejam pagos com os nossos fundos, eles são trabalhadores das ‘empresas’ que lá os colocaram. É, portanto, altura de essas ‘empresas’ iniciarem a reforma dos seus hábitos. Quiçá, é altura de eles próprios aliviarem a carga que representam àqueles que durante tanto tempo os levaram as costas. Velhotes, façam uma introspecção e deixem de atrapalhar quem pode ser útil e assim melhorar a nossa qualidade de vida. Obviamente que uma mudança desta natureza tem de ser uma mudança política a qual esses políticos resistem. Não lhes interessa. E não o farão enquanto o salário e as benesses forem muito superiores à pensão. E isso para não falar dos negócios que controlam em função da sua condição de deputados. ‘Malandros’.

E o povo que não merece essa malandrice, o povo que luta todos os dias contra tudo e contra todos, agradecer-lhes-ia. Só assim, iremos corrigir o que está mal e melhorar o que está bem. E quem ganhará é o povo. O futuro promete.

Muito pior que o serviço público é a Assembleia Nacional, onde a grande maioria dos deputados tem idade superior à nossa esperança de vida. Sabemos bem que muito deles nada fazem...



“A análise recorrente e continuada ganha particular importância para o apuramento do Imposto Industrial dos exercícios posteriores a 2020.”



Análise fiscal – uma valiosa ferramenta de gestão



Oksana Y Sousa,
Senior Manager
EY, Global
Compliance &
Reporting

A submissão da declaração Modelo 1 de Imposto Industrial representa o corolário de encerramento do exercício contabilístico e constitui um momento único de análise de resultados do ano anterior numa perspectiva estritamente fiscal.

Contudo, por vezes os contribuintes procedem a uma análise de Imposto Industrial somente

nas semanas anteriores à respectiva submissão, encarando este exercício como um mero cumprimento de uma obrigação fiscal calendarizada. Este procedimento poder-se-á traduzir na detecção de ineficiências de forma extemporânea, bem como, numa maior incerteza sobre a factura final do Imposto Industrial e impactos não planeados para a tesouraria da empresa.

Entendemos ser por isso importante que todo o processo de apuramento de Imposto Industrial se realize de forma recorrente e ao longo do exercício fiscal, mediante uma contínua análise dos registos contabilísticos e respectiva documentação de suporte.

Esta análise, quando realizada com uma periodicidade mensal, trimestral ou, no limite, semestral, pode permitir ao contri-

buinte identificar e corrigir em tempo útil (antes do final do exercício) procedimentos incorrectos ou menos eficientes do ponto de vista tributário e contabilístico.

A análise recorrente e continuada ganha particular importância para o apuramento do Imposto Industrial dos exercícios posteriores a 2020, na medida em que as alterações legislativas implementadas este ano em sede de Imposto Industrial trouxeram novos desafios.

Matérias como as diferenças de câmbio não realizadas e os mecanismos de controlo dos valores a ajustar à matéria colectável, juros dos empréstimos dos sócios, os novos procedimentos de controlo de créditos fiscais por retenção na fonte, entre os outros, carecem de uma análise atempada.

Ademais, estas rotinas de análise permitem a administração da empresa ter uma visão clara sobre os resultados financeiros e gestão de tesouraria em tempo real, possibilitando a tomada de decisões mais rápidas e assertivas sobre os possíveis cenários a seguir, tais como investimento a realizar ou direccionamento de fluxos financeiros, tornando-se o apuramento de Imposto Industrial, desta forma, uma ferramenta de gestão muito relevante.

E se este exercício com alguma regularidade pode parecer ter associado um esforço da função financeira e fiscal significativo, soluções tecnológicas simples poderão permitir simplificar substancialmente a captura dos dados e a qualidade da análise. Um tema que também não pode continuar a ser adiado.

Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

Na semana que passou, o Presidente da República fez o primeiro discurso que pareceu, de facto, sentido ao falar das feridas profundas que o massacre do 27 de Maio deixou nos corações dos angolanos, e, pediu desculpa pela acção desproporcional do Estado. Teve de concorrer, em termos de mediatismo, com a 'Operação Caranguejo', que, nesta fase, deixa mais perguntas do que respostas (como se o dinheiro desaparece assim ainda em caixas do Banco Nacional de Angola, que fará o resto? O petróleo, os diamantes e demais fontes de dinheiro vivo que ninguém tem a certeza de que está de facto sob algum controlo sério), mas o Chefe de Estado esteve à altura da disputa.

É verdade que as feridas do 27 de Maio não vão sarar com facilidade e que um pedido de perdão pode sempre parecer pouco para quem perdeu entes queridos, quem foi preso, torturado de forma bárbara porque o Estado decidiu despir as suas vestes de defensor do cidadão, passando a promover execuções sumárias que abriram as portas à chacina que levou grande parte da massa cinzenta do país e o deixou traumatizado até aos dias de hoje. No entanto, o PR fez o que já devia ter sido feito há muito tempo e humildemente pediu desculpa em nome do Estado. E pareceu sentido. É claro que depois voltou à velha (e desnecessária) forma e manchou um pouco o momento com alfinetadas desnecessárias à oposição (e que os militantes, essa expressão tão genial do Folha 8, vão repetir como papagaios ligados à electricidade), mas o pedido de desculpas em nome do Estado, por este ter falhado tão miseravelmente e

URGENTE
JUNTOS PELO SUL DE ANGOLA
#S.O.S.ANGOLASUL

BANCO BIC SA
AGENCIA MORRO BENTO II
SWIF CODE: BOCCAO2L

IBAN 4006 0051 0000 4286 2462 3224 2
CONTA 04286246232002
CARITAS DE ANGOLA, AV 21 DE JANEIRO,
BAIRRO ROCHA PINTO, ANGOLA

PONTO DE ENTREGAS DE DONATIVOS (BENS ALIMENTARES)
Em Luanda
I - Em Telhadas: Mirantes Travessa 4, n.º 8, junto ao largo do Zap TV
II - Rua Maria Nguete n.º 1 distrito urbano de Malango
III - Paróquia de Nossa Senhora do Fátima (São Domingos)

No Lubango
I - Paróquia de Nossa Senhora das Dores (Mosão)

Contactos telefónicos: +244 933 096 903/+244 998 632 631

Data limite para as doações 7 de Junho.

com consequências tão trágicas, tem mérito, quando mais não seja por ser um primeiro passo.

Um primeiro passo que andava adiado pela fuga à página mais negra da história do partido no poder e do fundador da nação, que o anterior presidente sempre promoveu, porque estava consciente de que muitos dedos seriam apontados a muita gente que por aí anda e a muito histórico do partido. Há positivos vindos do descaso que o Presidente João Lourenço faz da imagem do partido, e um deles é o reconhecimento de imperfeições e de que aquela matança foi permitida e levada a cabo pelo MPLA e que as feridas dessa tragédia doem até hoje, mais de quatro décadas depois. Falta muita coisa, há muita história viva para ajustar, muita injustiça que, para se refazer, precisa de ser, primeiro,

reconhecida, mas o PR deu um primeiro passo, esteve bem.

Poder-se-ia questionar se este reconhecimento se deve ao seu novamente comprovado amor pela História, a que anda sempre tão agarrado que parece esquecer o presente. Poder-se-ia questionar se, em vez de estar focado nas desproporcionalidades do passado, não devia estar atento para as que o Estado comete agora, sob a sua alçada, como as mortes em Cafunfo, que continuam sem que inquirido nenhum produza resultados. Poder-se-ia questionar porque é que a fome que continua a matar pelo país fora, sobretudo no sul, não merece o mesmo sentimento evidente da parte do Presidente (e a este propósito lembro a campanha de recolha de comida não perecível que a Rádio Essencial e o VE estão a apoiar, procure detalhes online na página do Facebook

O PR fez o que já devia ter sido feito há muito tempo e humildemente pediu desculpa em nome do Estado. E pareceu sentido. É claro que depois voltou à velha (e desnecessária) forma e manchou um pouco o momento com alfinetadas desnecessárias à oposição.

S.O.S Angola Sul). Mas é preciso não pôr em causa o mérito desse pedido de perdão visivelmente sentido. Até porque essa elevação de Estado acima das mesquinhas políticas não acontece com tanta frequência quanto seria desejável, há que incentivar para que aconteça mais vezes.

É que há poucas coisas piores dos que Estados a assumirem mesquinhas políticas e com isso a arrastarem os seus cidadãos para a desgraça.

Um exemplo de um Estado literalmente a usar as suas pessoas como arma de arremesso, de vingança mesquinha, foi o que se viu acontecer quando em apenas dois dias mais de seis mil africanos deram à costa espanhola de Ceuta, porque o governo de Marrocos se irritou com o governo espanhol que tinha deixado um opositor do governo marroquino (e que Mar-

rocos considera terrorista), inter-nar-se numa clínica em Espanha. Como se irritou, não foi de modas, e abriu as fronteiras sempre apinhadas de africanos desesperados por fugir do continente berço... Fotografia, prova viva e constante do falhanço das lideranças africanas. Aquilo foi um claro "contrariam-nos? Abrimos as comportas e inundamos-vos com hordas de africanos desesperados aos milhares. Pessoas, crianças, bebés usados como vingança diplomática e que podem morrer afogadas, podem ser presas e deportadas, como a aconteceu a muitas, porque o importante era dar uma lição ao governo espanhol...

Outro exemplo da falta de limites dos Estados com tendências mesquinhas foi o do presidente de Belarus, Alenxander Lukashenko, dizer que os críticos deviam estar agradecidos pelo facto de ele não ter abatido o avião comercial que transportava 122 pessoas e um crítico político, que o governo de Belarus usou um caça para obrigar a aterrar. O avião que ia a caminho da Lituânia foi obrigado a desviar rota e aterrar em Belarus com o tal dissidente político que tem 26 anos e organiza manifestações contra o governo. E ele e a namorada foram presos assim que o avião aterrou. Depois o governo de Belarus justificou o recurso ao caça com uma ameaça de bomba no avião...

O resultado é que não só os aviões europeus se recusam a passar pelos céus de Belarus como as companhias aéreas do país também estão proibidas de usar o espaço aéreo europeu, o que vai prejudicar, sobretudo, a população. Tudo porque o líder não suporta críticos... E agora pergunto eu, porque é que assumem cargos públicos, de representação de nações inteiras, pessoas que não convivem bem com a crítica que acreditam que a sua aprovação tem de ser inânime? E que não se coíbem de usar e abusar dos recursos do Estado para calar esmagar, ou se vingar de opositores? Líderes que não pensam país, só pensam poder?

"Não se pode fazer política com o fígado, conservando o rancor e ressentimentos. A pátria não é capanga de idiosincrasias pessoais" - já dizia um político brasileiro... Com esperança de que as lideranças africanas aprendam com melhores exemplos a deixar o fígado e os seus venenos de fora da sua governação marcamos aqui encontro e na sua Rádio Essencial.



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

[Enviar mensagem](#)

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)



Edição 260 Likes 577 Partilhas 36

A edição 260 do Valor económico recebeu mais de 600 emoções, mais de dois mil interações alcançando mais de 30 mil internautas com o tema principal da devastação de 26 mil hectares no sul do país por gafanhotos. Os internautas comentaram o tema ironizando como fizeram também com a o tema da aprovação de mais despesas fora do OGE pela mão do Presidente da República.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico. Gralhas e discussões pessoais são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Victor Renato Neves

Deixa pra lá
O MPLA em 45 anos já varreu tudo que tinha a varrer
Gafanhotos é mata-bicho



Dado Bale Dos Santos

E os marimbondos?



Muhanda Gonçalves

Agora aproveitem já fazer estradas, os gafanhotos já vos ajudaram.



Néelson Rodrigues

26'000 hectares comeram os gafanhotos, mas epá bastante verdura, Mas em campeonato perdem para os antigos marimbondos que devastaram 1'247'000km2 ou seja 124'700'000 hectares... Acho até que os gafanhotos têm agora a sua própria coligação, ainda que em minoria. Relax...



Marinela Matos Flora

Coitados dos gafanhotos! Será que tinham malas também?



Edson António Edson

Os gafanhotos têm que ir até à presidência se juntar com os marimbondos



Carlos Marques

Pior que os gafanhotos.....só os marimbondos



Américo África de Lasvega

Kkkkkkk grande dupla dos Marimbondos e os gafanhotos, cuidado para não devastarem os mosaicos do Banco nacional...



Edson Nogueira

Gajos incompetentes em lugares estratégicos, esse país já era



José Maria Rodrigues

O executivo angolano mantém-se cronicamente despesista!



Pedro Alberto

Este não é presidente mas sim um larapirador.



Jose Maria Coelho

O presidente é dono e senhor de tudo, por isso faz o que faz ou o que pensa fazer. A constituição permite ou não? Deixem que o PR trabalhe do jeito dele porque não há outro.



Jony André

Jose Maria Coelho há sempre outro jeito. Como por exemplo, acabar ou reduzir com as adjudicações directa



Antonio Gamito

Jose Maria Coelho por essa ordem de ideias é que isto está no estado que está



Ricardo Lopes

E sem concursos públicos! Nada mudou!



Denilson Django Mario

E marimbondo é o outro!



Josemar Silva

Esse cidadão cataguense não sei se no cérebro dele tem o quê, é pai! Tanto gasto para tanta incompetência.



Antonildo Luz

Viva o M.

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

**Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7**

Covid-19



EM MARÇO

Cabo Verde tinha mais de 5.500 em 'lay-off'

Mais de 5.500 trabalhadores cabo-verdianos estavam em situação de 'lay-off' em Março, a receber 70% do salário, devido à crise provocada pela pandemia de covid-19, mais do que o total em Janeiro, segundo dados do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

De acordo com o relatório de Março do INPS, um total de 5.521 trabalhadores – dos quais 2.962 mulheres – estavam com o contrato de trabalho suspenso, medida aprovada pelo Governo cabo-verdiano para mitigar as consequências da pandemia de covid-19, uma quebra face aos 5.562 em Fevereiro.

Ainda assim, trata-se de um registo acima do mínimo desde Março de 2020 atingido em Janeiro último (5.482), enquanto o recorde, de 16.034 trabalhadores em 'lay-off', aconteceu em Maio do ano passado, um mês depois da aprovação da medida. Em Março, o INPS gastou 1,3 milhão de euros com o pagamento da respectiva comparticipação do 'lay-off' (35% do salário auferido anteriormente pelo trabalhador), enquanto em Fevereiro essa despesa ascendeu a 1,3 milhão de euros, valor idêntico ao que foi pago em Janeiro, distante do pico registado em Maio de 2020, de 2 milhões de euros.

TESTES GRATUITOS

Alemanha promete investigar fraudes

O governo da Alemanha anunciou que vai aumentar as investigações à facturação de testes rápidos de covid-19, na sequência de várias notícias sobre fraudes nos reembolsos aos comerciantes que vendem estes produtos.

“Qualquer pessoa que utilize a pandemia para enriquecer criminalmente deve ter vergonha de si próprio”, escreveu o ministro da Saúde alemão, Jens Spahn, no Twitter, no mesmo dia em que vários jornais, incluindo o *Suddeutsche Zeitung* e o *Tagesspiegel*, publicaram uma investigação que indicia fraudes nesta área.

Em causa está o pagamento de até 18 euros que o Governo, para aumentar o rastreio, faz aos

comerciantes que disponibilizam os testes rápidos aos cidadãos, e que dependem apenas da informação dada pelo vendedor, não havendo nem factura nem identificação dos consumidores.

De acordo com o *Suddeutsche Zeitung*, que comparou o número de pessoas testadas com os números reportados pelos centros de vacinação, que incluem estabelecimentos comerciais sem ligação à saúde, a discrepância era significativa, com um local a fazer 100 testes e a indicar às autoridades que fez 422, outro, em vez de 550, reportou ter feito 1.743 testes num só dia.

A investigação conjunta revelou também que “qualquer vendedor de ‘kebabs’ pode obter um certificado para disponibilizar testes”, segundo uma fonte do sector citada pelo jornal *Tagesspiegel*, que diz

que, desde que os testes gratuitos foram disponibilizados à população, estes pontos de rastreio multiplicaram-se, havendo mais de 8 mil só na região do norte da Vestefália e 1.200 na capital alemã, Berlim.

“O pragmatismo é necessário neste momento, mas aqueles que exploram a doença não podem escapar incólumes”, garantiu o governante, salientando que as fraudes, a confirmarem-se, não podem afectar a imagem dos comerciantes que disponibilizam os testes, que o fazem “com grande empenho e de forma muito profissional”. A incidência acumulada de casos de covid-19 na Alemanha mantém a evolução em baixa, atingindo os 37,5 casos em sete dias por 100 mil habitantes, o valor mais baixo desde Outubro, segundo dados divulgados pelo Instituto Robert Koch.

EM MOÇAMBIQUE

Autoridades consideram “inevitável” terceira vaga

O director-adjunto do Instituto Nacional de Saúde (INS) de Moçambique considerou “inevitável” uma terceira vaga de covid-19 no país, devido à proliferação de novas estirpes mais transmissíveis, defendendo medidas para retardar a eclosão da próxima onda.

“Não há nada que possamos fazer para evitar [uma terceira vaga]. Há muito que podemos fazer para atrasá-la”, afirmou o director-adjunto do INS, Eduardo Samo Gudo, em declarações à emissora pública Rádio Moçambique.

O responsável avançou que, caso se assista ao mesmo padrão já verificado na África

Austral, uma terceira vaga em Moçambique poderá emergir dentro de seis a oito semanas, o que, a acontecer, seria “desastroso, porque iria levar à reintrodução ou reversão de medidas [de prevenção], depois das restrições implementadas entre Janeiro e Fevereiro, no pico da segunda vaga”.

O director adjunto do INS afirmou que o facto de algumas regiões da África do Sul estarem já a registar uma terceira vaga e de aquele país ter uma das quatro variantes já confirmadas no mundo torna incontornável uma terceira vaga em Moçambique.

“A questão é garantir que esta terceira vaga não aconteça tão

cedo de modo a mantermos os sectores sociais e económicos a funcionar”, no actual contexto de restrições, enfatizou.

O país, continuou, deve empenhar-se para que uma eventual nova onda seja “muito suave, com muito menos casos e internamentos, para que o sistema de saúde não fique pressionado e não se percam vidas humanas”.

Eduardo Samo Gudo observou que o retardamento iria permitir que o eventual surto chegasse depois da administração da segunda dose da vacina contra a covid-19 em grupos prioritários, nomeadamente profissionais de saúde, doentes crónicos e idosos.



A PARTIR DE 7 DE JUNHO

Navios de cruzeiro voltam a atracar em Espanha

Os navios internacionais de cruzeiro podem atracar em portos espanhóis a partir de 7 de Junho, anunciou o governo espanhol, suspendendo, assim, as restrições impostas no início da pandemia, em meados de Março do ano passado.

A decisão prende-se com o abrandamento da circulação do vírus na Europa, de onde provém a maioria dos navios, e ao aumento da vacinação, justificou em comunicado o Ministério dos Transportes.

Para esta decisão contribuiu também a diminuição dos casos de covid-19 nas áreas onde a maioria dos navios atraca.

Antes da pandemia, a Espanha era o segundo destino da Europa para escalas de navios de cruzeiro, que desempenham um papel importante na economia, segundo o ministério. Em 2019, o sector contribuiu com cerca de 2,8 mil milhões de euros para o Produto Interno Bruto espanhol, correspondendo a cerca de 50.000 empregos e 1,5 mil milhões de euros em salários, disse o ministério, citando dados da associação do setor.

Com quase 80.000 mortes e mais de 3,6 milhões de casos, a Espanha foi duramente atingida pela pandemia, mas o número de casos diminuiu consideravelmente à medida que seu programa de vacinação se acelerou.

O BRASIL, segundo o Ministério da Saúde, tem 18 vacinas em fase inicial de desenvolvimento, além de outras duas mais avançadas, como é o caso da Butanvac que aguarda autorização para iniciar aplicação experimental em voluntários.

DIZ PRESIDENTE SUL-AFRICANO

África “não pode continuar à espera da vacina”

O presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, considerou que o continente africano não pode continuar na lista de espera para ter acesso à vacina contra a covid-19 que é produzida pelos países ricos.

O chefe de Estado sul-africano, que recebeu o homólogo francês Emmanuel Macron na primeira visita oficial à África do Sul, disse que há vários outros países no continente com capacidade de produção de vacinas, destacando Egito, Tunísia, Marrocos e Senegal.

“O Ruanda e o Gana também estão actualmente em negociações para desenvolver as suas próprias capacidades”, referiu o presidente Ramaphosa no final de uma visita à Universidade de Pretória com o seu homólogo francês.

No entanto, o líder sul-africano sublinhou que o continente tem “experiência” na produção de vacinas e “ecossistemas” para apoiar a sua produção e “não pode continuar à espera na fila por vacinas para a covid-19 que salvam vidas”, declarou.

Ramaphosa, que falava num seminário sobre a produção de vacinas em África, na Universidade de Pretória, que contou com a presença do Presidente francês, disse que os países africanos estão “imensamente gratos ao governo francês pelo seu apoio contínuo na aquisição de vacinas em África”.

“Saúdamos a recente contribuição da França de 30 milhões de doses adicionais para a Covax e 500 milhões de euros em fundos multilaterais para comprar diagnósticos, terapêuticas e vacinas”, adiantou o chefe de Estado sul-africano.

De acordo com Ramaphosa, “até ao momento, menos de metade de um por cento da população no continente está totalmente vacinada contra a covid-19”, e o acesso ao fármaco “é o nosso maior desafio” em África.

O presidente sul-africano disse que a produção local de vacinas “é um passo importante para a auto-suficiência africana, que ajudará a atender às aspirações de desenvolvimento”, estimando que “a capacidade de produção actual de cerca de 3,5 mil milhões de doses poderia ser aumentada para cerca de 5 mil milhões de doses anualmente”.



PARA TRAVAR RESTRIÇÕES

Bolsonaro recorre novamente ao Supremo

O presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, voltou a accionar o Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar suspender medidas restritivas impostas por governadores para travar a pandemia no país, num momento em que especialistas prevêem uma terceira vaga.

Através da Advocacia-Geral da União (AGU), órgão que defende o Executivo brasileiro em processos judiciais, Bolsonaro deu entrada de uma acção directa de inconstitucionalidade de medidas restritivas, como ‘lockdown’ [confinamento obrigatório] e “toque de recolher”, impostas por governadores.

A acção pede a suspensão de decretos nos estados de Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Norte.

Segundo a petição, assinada pelo advogado-geral da União, André Mendonça, o intuito é “garantir a coexistência de direitos e garantias fundamentais do cidadão, como as liberdades de ir e vir, os direitos ao trabalho e à subsistência, em conjunto com os direitos à vida e à saúde de todo cidadão, mediante

a aplicação dos princípios constitucionais da legalidade, da proporcionalidade, da democracia e do Estado de Direito”.

De acordo com a AGU, “à medida que os grupos prioritários e a população em geral vai sendo imunizada, mais excessiva (e desproporcional) se torna a imposição de medidas extremas, que sacrificam direitos e liberdades fundamentais da população”.

Os decretos do Paraná e do Rio Grande do Norte estabeleceram um toque de recolher em determinados horários. Já o decreto de Pernambuco restringe o funcionamento de determinados estabelecimentos comerciais.

O governo alega que “é notório o prejuízo que será gerado para a subsistência económica e para a liberdade de locomoção das pessoas com a continuidade dos decretos de toque de recolher e de fechamento dos serviços não essenciais impostos em diversos locais do país”.

Em comunicado à imprensa, a AGU indica que a acção “não questiona decisões anteriores do STF, que reconheceram a competência dos entes subnacionais na adopção de medidas” de combate

à pandemia.

No ano passado, o Supremo Tribunal Federal garantiu a estados e municípios autonomia para tomar providências para evitar a disseminação do novo coronavírus.

Esta não é a primeira vez que Bolsonaro, um dos chefes de Estado mais cépticos em relação à gravidade da doença em todo o mundo, dá entrada de acções semelhantes na justiça.

Em Março, o Presidente accionou o Supremo contra decretos do Distrito Federal, da Bahia e do Rio Grande do Sul, que estabeleceram medidas mais rígidas de combate à covid-19.

Contudo, o pedido foi rejeitado por decisão individual do juiz Marco Aurélio Mello.

Agora, Bolsonaro tenta novamente travar medidas restritivas para combater a doença, num momento em que o Brasil voltou a registar uma subida de novos casos nos últimos dias, com especialistas a preverem uma terceira vaga da pandemia no país.

“Ninguém aguenta mais os confinamentos”, disse Bolsonaro, na sua habitual transmissão em directo na rede social Facebook.



Marcas & Estilos



No lugar ideal

A Agfa Parat-I é um aparelho pequeno, muito simples, mas muito bem feito, bem acabado, compacto e graças às 72 vistas que o meio formato permite, perfeito como um bloco de notas. Foi apresentado durante o Photokina de 1963 na Alemanha. Esta lâmpada encontra o lugar ideal numa mesa ou mesinha de cabeceira.



Um gole perfeito

Um dos sabores mais populares, esta mistura de lama de vinho combina o delicioso sabor do pêssego com um toque perfeito de manga, para criar um saboroso cocktail congelado. Misture com a marca favorita de chardonnay para um tradicional frappé de vinho.



AUTOMÓVEL

Nascer de novo

Desde a versão de entrada, o novo Polo terá novos faróis e lanternas de leds, com novas assinaturas visuais que incluem a barra iluminada na base da nova grade.

Opcionais serão os faróis com leds matrix, com maior alcance e funções avançadas como evitar ofuscamento de outros carros e reforço da iluminação sobre pedestres à frente.

Também é possível pagar a mais para ter os sistemas autónomos que compõem o IQ.Drive Travel Assist, como o piloto automático adaptativo e o assistente de permanência em faixas. Por dentro, o painel pouco muda. As novidades ficam por conta dos novos equipamentos, como o ar-condicionado automático com comandos tácteis e a presença de quadro de instrumentos digital.

A diferença é que se trata de uma versão do Active Info Display com tela de oito polegadas.

AGENDA

LUANDA

4 DE JUNHO

Sextarte – Oficina de Pintura e Desenho, no CCBA a partir das 14h00. Inscrições gratuitas. Os interessados devem enviar e-mail para contactoccca@gmail.com ou ligar para o 931 732 214.

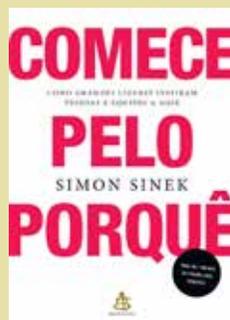
5 DE JUNHO

Auditório do Edifício Kilamba acolhe, conferência sobre liderança e negócio. Bilhetes entre 15 mil kwanzas e 30 mil kwanzas. Início às 09h00. Reservas em 923 218 754 / 923 539 247 / 937 243 170.

ATÉ 10 DE JUNHO

Curso de Gestão de Negócios e Finanças, de segunda a sexta-feira, das 10h00 às 12h00, no bairro Tala Hay, Rua H, Travessa do Clube, Cazenga. Para mais informações ligue para o 944 443 205 ou para o 949 887 394.

LIVROS



ILUSTRANDO as ideias com as fascinantes histórias de Martin Luther King, Steve Jobs e os irmãos Wright, Simon mostra que as pessoas só se irão dedicar de corpo e alma a um movimento, ideia, produto ou serviço se compreenderem o verdadeiro propósito por trás deles.



NUM DOS CASOS, John Brooks usa a política de preço fixo da GE para detalhar a falta de comunicação nos diversos níveis hierárquicos. A história da Xerox também deveria ser estudada por todos da indústria da tecnologia.



TURISMO

Mandarin Oriental Ritz

Se o desejo de viajar finalmente se tornou excessivo e começou a pesquisar as tão esperadas férias pós-bloqueio, não podemos culpá-lo. Mas onde ficar, dada toda essa expectativa reprimida? Sempre otimistas, as melhores marcas de hotéis do mundo seguiram em frente com novas inaugurações em 2021, deixando-nos por onde escolher quando se trata de reservar as férias dos sonhos de volta à normalidade.

O Mandarin Oriental Ritz tem sido um elemento fixo da cena da hospitalidade por mais de 110 anos. O arquitecto espanhol Rafael de La-Hoz e a dupla francesa de design Gilles & Boissier conduziram a reforma, que o hotel promete oferecer novas instalações de última geração, mantendo o carácter da Belle Époque criado pelo fundador do hotel Cesar Ritz. As principais atualizações incluem opções de spa e bem-estar totalmente novas, bem como o retorno do histórico Palm Court após 80 anos, que abrigará um dos cinco novos restaurantes e bares do hotel com menus do famoso chef espanhol Quique Dacosta.

Educação & Tecnologia

OBJECTIVO É CRIAR UMA “SOCIEDADE COMPETENTE”

Empresário cria associação para potencializar crianças e jovens talentosos

A Associação de Promoção, Desenvolvimento, Prosperidade e Tecnologia (PDPT) vai dedicar-se à ‘caça’ de crianças e jovens talentosas nas escolas e instituições de acolhimento, de forma a ajudá-los no desenvolvimento das habilidades.

Criada em Novembro do ano passado, a PDPT, cuja apresentação está agendada para 09 de Junho, numa primeira fase, deverá ajudar a identificar e potencializar cinco dezenas de crianças e jovens, residentes em Luanda, com habilidades em diversas áreas. O passo seguinte será encaminhá-las a instituições internacionais para a devida continuação. “O nosso projecto pretende criar e dar condições às crianças de hoje e futuros líderes, formar com base na transparência, competências técnico-profissionais, ao amor ao

MEMORIZE

- **Pedro Godinho** explica que a iniciativa surgiu também porque ao longo das actividades empresariais foram notando a existência de instituições com a intenção de contribuir para essa iniciativa, faltando quem fizesse a ponte entre as mesmas e os beneficiários.

próximo, para que o país possa beneficiar de melhores recursos humanos para o desenvolvimento”, explica Pedro Godinho, presidente da referida Associação sem fins lucrativos.

Godinho acredita que a acção dará respostas, nos próximos tempos, à grande necessidade de quadros nacionais competentes nas distintas áreas, situação que, como refere, deriva da falta de conhecimento. “O país é rico em recur-

sos naturais, mas não consegue a sua independência económica por falta de conhecimento, competência para poder produzir os seus recursos”, nota, citando a realidade no sector petrolífero. “Angola produz petróleo há mais de 60 anos, mas quem produz são as multinacionais porque são as que têm competência. A empresa angolana só consegue produzir 2% da capacidade actual porque faltam competência”, reitera.

A PDPT conta igualmente com uma incubadora para a instrução de crianças e jovens com veia empreendedora sobre o ABC da gestão empresarial. No entanto, espera estabelecer parceria com instituições académicas, científicas, diplomáticas, das Nações Unidas e empresas privadas, além do Executivo e demais instituições públicas.

O lançamento agendado para a quarta-feira, 09, prevê contar com a presença do vice-presidente da República, Bornito de Sousa.



ANEP DEFENDE TROCA PARA O PÚBLICO

Alunos devedores deveriam deixar o ensino privado

Face à condição de desempregados em que se encontram muitos encarregados de educação, muitos alunos deveriam ser transferidos dos colégios privados para as escolas públicas, já que não conseguem pagar as mensalidades.

A opinião é do presidente da Associação Nacional do Ensino Particular (Anep), António Pacavira, que estima em cerca de 40% o índice de inadimplência nos colégios, em que muitos alunos acumulam dívidas de meses.

“Os pais não estão a trabalhar, mas insistem em mantê-los”, realça, reconhecendo, no entanto, a falta de capacidade nas escolas públicas para absorverem estes alunos.

António Pacavira nota que os colégios têm vindo a negociar com os encarregados para que os seus educandos façam as provas sem sobresaltos, ficando condicionada a correcção e publicação dos resultados ao pagamento das mensalidades em atraso, daí não haver “alarido” em volta

das provas. “Estamos a fazer o nosso papel, que é de inclusão. Apesar de não terem as propinas em dia, os alunos estão a fazer as provas”, reitera.

O presidente da Anep denuncia, no entanto, o que considera falta de solidariedade de algumas escolas públicas e privadas que recebem alunos sem documentos e com pendência financeira noutras escolas. “Há pais cujos miúdos terminam o ano lectivo e depois não vão saber dos resultados. Quando a gente se apercebe, o aluno está a estudar em alguma pública ou privadas sem documentos”, critica.

Apesar das dificuldades, de acordo com António Pacavira, os colégios estão a conseguir pagar “despesas mínimas” com salários, segurança, luz, água e honrar compromissos com o fisco.

Mais de mil colégios fazem parte da Associação Nacional do Ensino Particular, sendo que a maioria dos não associados se encontra na periferia e, segundo Pacavira, não se integram para escaparem às exigências da associação e do Ministério da Educação.



Pedro Godinho, empresário e mentor do projecto.

Educação & Tecnologia



Escuteiros realizam Encontro Nacional Virtual

Jovens aventuram-se nas ondas da conectividade



Celso Malavneke,
docente
e jornalista

No dia 23 de Maio, cerca de 200 dirigentes dos Escuteiros de Angola, na maioria jovens oriundos de muitos dos 164 municípios das 18 províncias, juntaram-se para realizar o 1.º Encontro Nacional de Animadores locais. Passaram a tarde de domingo juntos, discutindo vários temas ligados à promoção de actividades das cerca de cem mil crianças, adolescentes e jovens que compõem a sua organização (é a maior organização apolítica de jovens do país). Os prelectores e moderadores vieram de Luanda, Huila, Benguela, Ondjiva, Namibe e várias outras localidades. A altura tantas, juntou-se à actividade o Bispo do Kwito-Bié, também ele antigo escuteiro. Ter-

minada a actividade, por volta das 20H30, cada um voltou à sua vida...

O leitor perguntar-se-á: espera aí, como foi isso possível? Com as medidas do Decreto Presidencial, como foi possível juntar-se tanta gente, e por esse período de tempo, se o limite máximo de pessoas por actividade são 150 e não podem permanecer na sala por mais de duas horas? Como foi possível tanta gente viajar para o mesmo lugar e regressar às suas casas com as limitações impostas às viagens? A resposta é simples: o encontro foi totalmente virtual.

Com o gosto pela aventura e a capacidade de contornar desafios, característicos dos escuteiros, realizaram uma proeza talvez inédita no país: conseguiram fazer um evento virtual que ligou as 18 províncias e cerca de 50 municípios durante 8 horas consecutivas. E não precisaram de nada especial. Apenas de saldo de dados e dos seus telefones inteligentes e computadores. Na sua forma simples e inequívoca, provaram que o país tem já condições de conectividade para iniciar com confiança o caminho da aplicação de soluções de inteligência artificial.

Não foi fácil. Nalguns lugares, tiveram que juntar-se num lugar onde o acesso à rede fosse melhor. Em Saurimo e Caxito reuniram-se em escolas; no Bié, no Centro de Formação Profissional do Kuito e no Bispado; no Zaire, no auditório do edifício do Governo Provincial; no Uige, numa igreja; o mesmo em Malanje, Sumbe, Catchiungo, Kibala, Menongue, Lubango e Dundo. À sua maneira, cada grupo esquivou-se às oscilações que ainda teimam em complicar a vida de quem assume agora também uma era digital em Angola. Mas conseguiram.

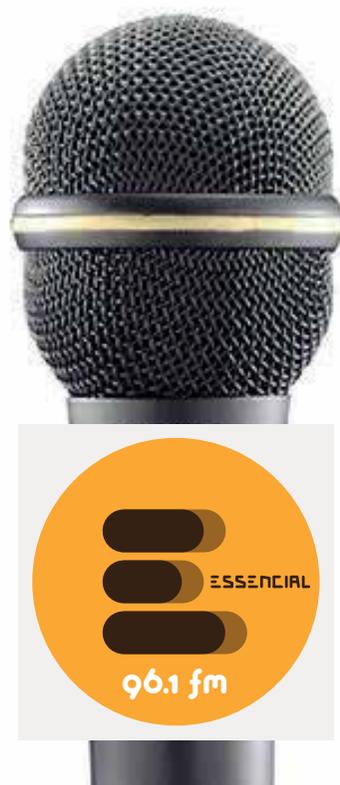
Temos defendido, de um tempo a esta parte, que Angola está mais pronta do que parece à primeira vista para fazer um caminho evolutivo em direcção aos benefícios das soluções oferecidas pela inteligência artificial. Temos também, repetidas vezes, mencionado que as medidas de distanciamento impostas pela pandemia são, nesse quesito, uma soberana oportunidade para a aplicação de soluções inovadoras que acabam por ser mais baratas, fáceis de implementar e até mais produtivas, porque exigem menos esforço físico das

personas. Como escreveu na plataforma um dos participantes, no final da actividade dos escuteiros: “Este Encontro Nacional de Formação marca uma nova era nos grandes eventos dos Escuteiros de Angola. Com o uso efectivo das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), torna-se mais fácil e barato organizar encontros, formações e outras actividades de âmbito nacional. Caem por terra as dificuldades de deslocação, alimentação e alojamento, assim como há maior disponibilidade dos prelectores, que não precisam sair das suas casas. Neste contexto em que a pandemia nos obriga ao distanciamento social e individual, essa modalidade assegura que as actividades escutistas não parem e o Movimento permaneça activo e vivo”.

A reacção dos outros participantes não fugiu disso. O grande sentimento é que, graças à conectividade ainda possível, estava descoberta uma nova avenida com muitas áreas por explorar. E que esta avenida oferecia oportunidades de crescimento quase ilimitadas para o seu movimento.

O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



NÚMEROS DA SEMANA

250

Milhões USD Fundos a serem disponibilizados, este ano, pelo BDA para financiar a economia.

110

Empresas que participaram na 10.ª edição da Feira Internacional de Benguela.

19,5%

Taxa de inflação este ano, contra os 18,7% previstos anteriormente pelo BNA.

52%

Grau de implementação, no primeiro trimestre deste ano, do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN).



PREÇOS DISPARARAM 2,09% EM ABRIL

BNA justifica inflação com escassa oferta de bens

A pouca oferta local de bens alimentares e das bebidas não alcoólicas é a razão para o aumento da inflação, de acordo com o Comité de Política Monetária do Banco Nacional de Angola (CPM) que reuniu a 28 de Maio de 2021, em

sessão ordinária, para analisar o comportamento recente e as perspectivas dos principais indicadores económicos.

O Índice de Preços no Consumidor Nacional registou uma variação de 1,78% e 2,09% em Março e Abril de 2021, respectivamente, levando a inflação acumulada para 7,65% e a homóloga para 24,82% no último mês.

O aumento da inflação, segundo o CPM, decorreu fundamentalmente do maior incremento na variação de preços da classe ‘alimentação e bebidas não alcoólicas’, reflexo do choque de oferta agregada de bens alimentares, justificado pela redução da oferta interna que não foi suficientemente compensada por importações. “Tendo em conta o choque de oferta regis-

tado nos quatro primeiros meses, prevê-se que a inflação para o final de 2021 atinja 19,5%, contra 18,7%, inicialmente prevista”, refere.

O kwanza valorizou-se em 1,24% e 4,48% em relação ao dólar norte-americano e ao euro no mês de Março, enquanto, em Abril, depreciou em 3,25% e 6,08%, respectivamente.

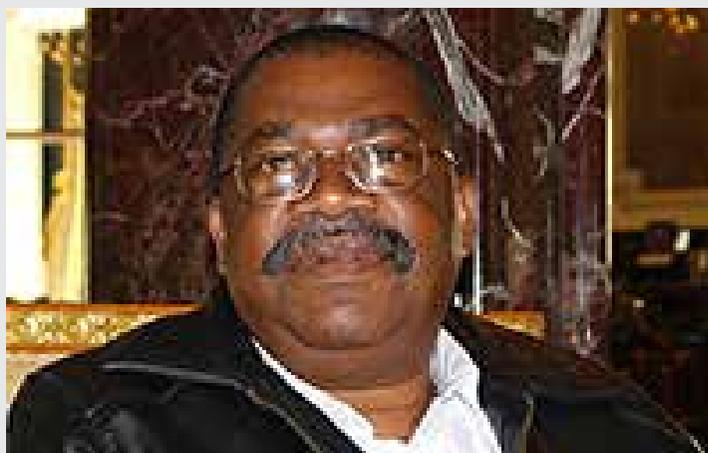
Quanto às reservas internacionais brutas, o CPM diz que permanecem em níveis confortáveis, na ordem de 14,59 mil milhões de dólares norte-americanos em Abril, contra 14,98 mil milhões de dólares norte-americanos do mês de Março, equivalente a quase 11 meses de importações de bens e serviços.

GENERAL SEQUEIRA MANTÉM-SE COMO NÚMERO DOIS

Irmão do PR resiste à ‘expurga’ na Casa de Segurança

O general Sequeira João Lourenço, chefe adjunto da Casa de Segurança e irmão mais novo do Presidente da República, resistiu às exonerações que arrasaram a Casa de Segurança e que levaram à substituição de Pedro Sebastião pelo antigo chefe de Estado Maior General das FAA Francisco Pereira Furtado.

Sequeira, que ao tempo de general ‘Kopelipa’ foi secretário executivo da Casa de Segurança, mantém-se no cargo de chefe adjunto,



depois de ver exonerado, além do seu chefe directo, vários outros oficiais superiores ligados à Presidência. Foram os casos do general Apolinário José Pereira, de

chefe do Serviço de Inteligência e Segurança Militar, e dos tenentes generais António Mateus Júnior de Carvalho, de secretário para os Assuntos de Defesa e For-

ças Armadas, Ernesto Guerra Pires, de consultor do ministro de Estado, Angelino Domingos Vieira, de secretário para o Pessoal e Quadros, José Manuel Felipe Fernandes, de secretário-geral, João Francisco Cristóvão, de director de gabinete, Paulo Maria Bravo da Costa, de secretário para a Logística e Infra-estruturas, e do Brigadeiro José Barroso Nicolau, de assistente principal da secretaria para os Assuntos dos Órgãos de Inteligência e Segurança de Estado, além de Daniel Mingas Casimiro, de director do Gabinete de Estudos Estratégicos, todos da Casa de Segurança.